



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**GREIZIENE ARAUJO QUEIROZ**

**O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA: A PESCA NO MUNICÍPIO DE  
ILHÉUS - BA**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO  
DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP PARA  
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM  
GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL  
E DINÂMICA TERRITORIAL.

**Orientador: Prof. Dr. Márcio Antônio Cataia**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE/DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELO ALUNO E ORIENTADA PELO PROF. DR.**

---

Orientador

Campinas, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
HELENA FLIPSEN - CRB8/5283 - BIBLIOTECA CENTRAL "CESAR LATTES" DA UNICAMP

Q32c Queiroz, Greiziene Araújo.  
O circuito inferior da economia urbana : a pesca no município de Ilhéus - BA / Greiziene Araújo Queiroz. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.

Orientador: Márcio Antonio Cataia.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1.Economia urbana. 2. Pesca - Aspectos econômicos - Ilhéus (BA) 3. Pescadores - Ilhéus (BA) I. Cataia, Márcio Antonio, 1962- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** The lower circuit of the urban economy : the fishing in the Ilhéus - BA City

**Palavras-chave em Inglês:**

Urban economics

Fisheries - Economic aspects - Ilhéus (BA)

Fishermen - Ilhéus (BA)

**Área de concentração:** Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

**Titulação:** Mestre em Geografia

**Banca examinadora:**

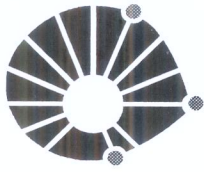
Márcio Antonio Cataia [Orientador]

Jorge Chiapetti

Vicente Eudes Lemes

**Data da defesa:** 06-12-2011

**Programa de Pós-Graduação:** Geografia



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**AUTORA:** Greiziene Araújo Queiroz


“O circuito inferior da economia urbana: a pesca no município de Ilhéus – BA”

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

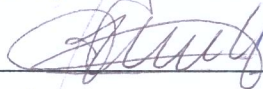
Aprovada em: 06 / 12 / 2011

**EXAMINADORES:**

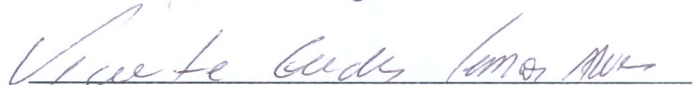
Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

  
\_\_\_\_\_ - Presidente

Prof. Dr. Jorge Chiapetti

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

  
\_\_\_\_\_

Campinas, 06 de dezembro de 2011.





"Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam".

Paulo Freire



## **AGRADECIMENTOS**

Sou imensamente grata...

A Deus, que derramou sobre mim sua misericórdia e renovou as minhas forças a cada amanhecer. A Ele toda honra glória e louvor!

Ao meu orientador Prof. Dr. Márcio Cataia pelo incentivo, por acreditar nesse trabalho e pela dedicação no exercício da orientação.

A Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Eugênia que sempre esteve à disposição todas as vezes que solicitei.

Ao Prof. Dr. Jorge Chiapetti e Prof. Dr. Vicente Eudes pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

Aos meus pais Elizabete e José Queiroz que trabalharam em mim o bom caráter e a persistência de acreditar, sempre, que tudo é possível. Obrigada pelo amor incondicional! Aos meus irmãos Idajara, Francislei, Gideval e Michael Helder (cunhado) cada um, do seu jeito, me estimulou e fez tudo parecer menos difícil do que realmente era. Obrigada por formarem minha linda família!

Ao meu amado Marcelo Sousa pelo cuidado em todo tempo, paciência e parceria nos trabalhos de campo.

Aos amigos de todas as horas Marília, Bia, Lílian e os amigos irmãos da Comunidade de fé Igreja Batista Esperança que sempre oraram e suportaram meu “papo geográfico”.

Aos colegas Liliane e Evaldo pela cumplicidade, carinho e desabafo mútuos nos difíceis anos do mestrado. Ao Fabrício Gallo pelo apoio bibliográfico e disponibilidade.

As amigas Ana e Marina por me acolher em sua casa, de forma tão graciosa, todas as vezes que precisei.

Aos funcionários do IG que sempre trataram a “turma da Bahia” com muito carinho.

A Universidade Estadual de Santa Cruz pelo apoio institucional nas idas e vindas a UNICAMP. A Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ednice Fontes por sua presteza e dedicação.

Aos homens da terra e do mar de Ilhéus que tornaram possível a realização deste trabalho concedendo entrevistas, conversas informais, levantando questionamentos e abrindo a “caixa de pandora” da pesca.

A todos que deixaram impresso em mim e nesse trabalho um pouco de si.

## **SUÍTE DO PESCADOR**

**(Dorival Caymmi)**

Minha jangada vai sair pro mar  
Vou trabalhar meu bem querer  
Se Deus quiser quando eu voltar do mar  
Um peixe bom eu vou trazer

Meus companheiros também vão voltar  
E a Deus do céu vamos agradecer

Adeus, adeus

Pescador não se esqueça de mim  
Vou rezar pra ter bom tempo, meu bem  
Pra não ter tempo ruim  
Vou fazer sua caminha macia  
Perfumada com alecrim.





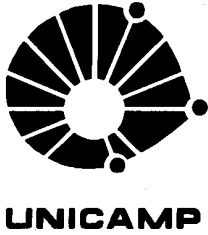
## BIOGRAFIA

A motivação dessa pesquisa tem como referência o período de 2007- 2008, quando pela primeira vez me dediquei aos estudos da atividade pesqueira a partir do projeto de iniciação científica “Monitoramento da atividade pesqueira para o apoio à criação do Parque Marinho Municipal da Pedra de Ilhéus”. No período seguinte (2008 - 2009) foi dado prosseguimento a pesquisa com outro objetivo a elaboração de um “Diagnóstico sócio econômico dos pescadores de Ilhéus”. Esses trabalhos foram realizados no período de graduação na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC no curso de licenciatura em Geografia. A partir dessas experiências e do conhecimento adquirido, surgiu à inquietação de aprofundar os estudos. Em Agosto de 2009 ingressei no MINTER (Mestrado interinstitucional) UESC-UNICAMP no programa de Pós Graduação em Geografia. A partir de então, nos dedicamos a compreender as dinâmicas econômicas ligadas à pesca, que geram trabalho e renda para uma boa parcela da população do município de Ilhéus-BA. Tendo como foco o circuito inferior da economia urbana.

### Publicações

- ✓ Território e nação: novos usos do território no Brasil. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos em parceria com o grupo de pesquisa da UNICAMP (2010).
- ✓ Os dois circuitos da economia urbana na cidade de Ilhéus: os nexos entre o circuito superior marginal e o circuito inferior da pesca. Anais do XI Encontro de Geografia da UESC (2010).
- ✓ Homens do mar: território e patrimônio. Publicado pelo Boletim Informativo do curso de geografia da UESC. Ano X – Nº 20 Nov/Dez- 2010.
- ✓ A pesca e o território ilheense: uma atividade de resistência. Anais do XII Encontro de Geografia da UESC (2011).
- ✓ Globalização: a vida cotidiana transformada em mercadoria. Anais do II Colóquio internacional de Administração política, desenvolvimento e inovação da UESC (2011).





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA: A PESCA NO MUNICÍPIO DE  
ILHÉUS – BA

RESUMO

Dissertação de mestrado

Greiziane Araujo Queiroz

O objetivo norteador deste trabalho é compreender as dinâmicas econômicas ligadas à pesca, que geram trabalho e renda para uma boa parcela da população do município de Ilhéus-BA. Tendo como foco o circuito inferior da economia urbana. Ilhéus tem parte de sua economia baseada em um circuito espacial produtivo pesqueiro local e regional. Nesse sentido, nossa pesquisa aborda o circuito inferior da economia urbana, cuja variável-chave é a produção do pescado. Esta é exercida por trabalhadores autônomos ou através de relações de trabalho em parcerias, que utilizam pequenas quantias de capital e meio de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura pouco mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos. Para caracterizar a pesca em Ilhéus foi necessário considerar: a pesca como atividade de resistência, o período técnico-científico-informacional, o perfil socioeconômico dos pescadores, os agentes não hegemônicos da economia urbana e as diversas atividades envolvidas na formação de um circuito espacial produtivo (produção, circulação, troca e consumo). Assim, o circuito inferior da pesca oferece à população pobre de Ilhéus subsistência, ocupação e renda, através do uso do território como abrigo.

**Palavras- chave:** circuito inferior da pesca; circuito espacial produtivo; uso do território, município de Ilhéus e abrigo.





**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**THE LOWER CIRCUIT OF THE URBAN ECONOMY: THE FISHING IN THE  
ILHÉUS-BA CITY**

**ABSTRACT**

**Dissertação de mestrado**

**Greiziene Araujo Queiroz**

The guiding objective of this work is to understand the economic dynamics fishing-related, which generate jobs and income for a good portion of the population of the city of Ilhéus-BA. Focusing on the lower circuit of the urban economy, Ilhéus has part of its economy based on a regional and local fisheries productive space circuit. In this sense, our research focuses on the lower circuit of the urban economy, whose key variable is the production of fish. This is carried out by self-employed or through a working relationship in partnerships that use small amounts of capital and means of simple production, with technology and methodology of capture little mechanized and based on empirical knowledge. To characterize the fishing in Ilhéus, it was necessary to consider: fishing as resistance activity; the technical-scientific-informational period, the socioeconomic profile of the fishermen, the non-hegemonic agents of the urban economy and the various activities involved in the formation of a productive space circuits (production, circulation, exchange and consumption). Thus, the lower circuit of fishing offers to the poor population of the Ilhéus livelihood, occupation and income through use of the land as shelter.

**Keywords:** lower circuit of fishing, productive space circuit, land use, Ilhéus city and shelter





## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>01</b>
<b>Parte I – A pesca e o território Ilheense</b>	<b>05</b>
Pesca em Ilhéus: uma atividade de resistência	07
O Período Técnico-Científico-Informacional e a atividade pesqueira	15
Perfil socioeconômico dos pescadores de Ilhéus-BA	23
Agentes não hegemônicos e circuito inferior da economia	29
<b>Parte 2 – O circuito inferior da pesca em Ilhéus</b>	<b>37</b>
O circuito espacial produtivo e os dois circuitos da economia urbana em Ilhéus-BA	39
Etapa da Produção	43
Etapa da Circulação	57
Etapa da Troca	63
Etapa do Consumo	77
<b>Considerações finais</b>	<b>91</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>93</b>



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01: Localização do município de Ilhéus	02
Figura 02: Conhecidos locais de apropriação da atividade pesqueira	09
Figura 03: Vista parcial da Baía do Pontal	10
Figura 04: Ponte Lomanto júnior	11
Figura 05: Baía do Pontal atualmente	12
Figura 06: BRASIL: Produção nacional de pescado via aquicultura	17
Figura 07: Fazenda Uruabo na Bahia	18
Figura 08: Proprietários de embarcação por comunidade pesqueira	24
Figura 09: Renda por comunidade	25
Figura 10: Escolha da profissão	26
Figura 11: Moradia por comunidade	27
Figura 12: Média de idade por comunidade	28
Figura 13: Esquema da produção do pescado em Ilhéus	44
Figura 14: Desembarque pesqueiro	45
Figura 15: Embarcações tipo “Boca aberta” na Prainha do Malhado	46
Figura 16: Saveiros equipados para pesca de linha em Ilhéus-BA	47
Figura 17: Arrasteiros equipados para Arrasto duplo de camarão em Ilhéus-BA	47
Figura 18: Arrasto de praia ou calão	50
Figura 19: Pesca de arrasto duplo	50
Figura 20: Pesca de arrasto simples	51
Figura 21: Rede de espera	52
Figura 22 e 23: Desembarque pesqueiro	53
Figura 24: Circulação da produção no circuito inferior da economia	59
Figura 25: Caminhão de circulação do pescado	60

Figura 26: Vista parcial do atracadouro de Colônia Z19	61
Figura 27: Trajetória da comercialização do pescado em Ilhéus – BA	64
Figura 28 e 29: Feira do peixe no centro de Ilhéus- BA	65
Figura 30: Comercialização na praia do Malhado	66
Figura 31: Salmão importado do Chile	67
Figura 32 e 33: Diversidade de produtos da pesca encontrados nas peixarias	68
Figura 34: Comercialização do pescado através das colônias	69
Figura 35 e 36: Boxe a venda e como depósito	72
Figura 37: Ala das peixarias na Central do Malhado	73
Figura 38: Banca de peixes de água doce comercializado na Central	74
Figura 39: Pescado consumido pela população pobre do município	79
Figura 40: Bancas de peixe	80
Figuras 41 e 42: Catados de mariscos e camarão pistola	81
Figura 43: Localização das praias do norte, centro e Sul	86
Figura 44 e 45: Cabanas de praia na Zona Sul	88
Figura 46 e 47: Cardápio da cabana Canoa	88
Figura 48: Barraca de acarajé no Pontal	90

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Caracterização da pescaria e dos recursos pesqueiros no município de Ilhéus-BA	56
Quadro 2: Diferenças percebidas na comercialização entre a feira e peixaria	67
Quadro 3: Caracterização das colônias de pesca atuantes em Ilhéus-BA	69
Quadro 4: Caracterização da Central de Abastecimento do Malhado	71
Quadro 5: Média de preço dos mariscos	81
Quadro 6: Subdivisão do pescado consumido em Ilhéus, segundo a nobreza, linha e média de preço	82
Quadro 7: Movimentação de navios de cruzeiros no Porto do Malhado em Ilhéus-BA	84
Quadro 8: Movimentação no Aeroporto Jorge Amado em Ilhéus-Ba	85

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Produto Interno Bruto por atividade em 2008	31
Tabela 2: Índice de desenvolvimento econômico e social de Ilhéus-BA em 2006	32
Tabela 3: Número de empregos formalizados no município de Ilhéus	33
Tabela 4: Comportamento do emprego formalizado em Ilhéus de 2000 a 2010	35
Tabela 5: Grau de instrumentação tecnológica das embarcações de Ilhéus- BA	48
Tabela 6: Consumo mundial de pescado de 2004 a 2009	77



## INTRODUÇÃO

Este trabalho busca lançar a luz da ciência sobre o *abrigo* dos hegemonzados, que apesar de não estar sob os holofotes das pesquisas científicas e das estatísticas oficiais produzem o “*espaço banal*”, “espaço de todas as existências” (SILVEIRA, 2009: 129). Por meio de “uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico, [...] um híbrido de materialidade e relações sociais” (SANTOS, 2006:220). Assim, partimos do pressuposto de que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico entendido como um conjunto indissociável e contraditório entre um sistema de ações e um sistema de objetos (SANTOS, 2006).

Para alcançarmos a compreensão do *território usado*, sinônimo de espaço geográfico, lançamos mão da teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos em 1979 (2004) e da teoria dos circuitos espaciais produtivos (MORAES, 1985; SANTOS & SILVEIRA, 2001; SANTOS, 2004). Trabalhamos os conceitos de circuito superior e circuito inferior. Um vinculado às grandes indústrias de atuação continental e mundial, e o outro envolvendo pessoas, instituições e empresas de atuação local e regional respectivamente.

Nosso recorte empírico é o litoral sul baiano, onde se localiza o município de Ilhéus (Figura 1) que tem parte de sua economia baseada em um *circuito espacial produtivo* pesqueiro local e regional. Para Moraes (1999:29) “o litoral pode ser definido como uma zona de usos múltiplos, pois em sua extensão é possível encontrar variadíssimas formas de ocupação [...] e a manifestação das mais diferentes atividades humanas”. Dos muitos usos possíveis ao qual o litoral está ligado, abordamos a economia da pesca, criadora de interações entre o meio aquático e terrestre. O objetivo de nossa pesquisa é compreender as dinâmicas econômicas ligadas à pesca que geram trabalho e renda para uma boa parcela da população Ilheense. Tendo como foco da pesquisa o circuito inferior da economia urbana.

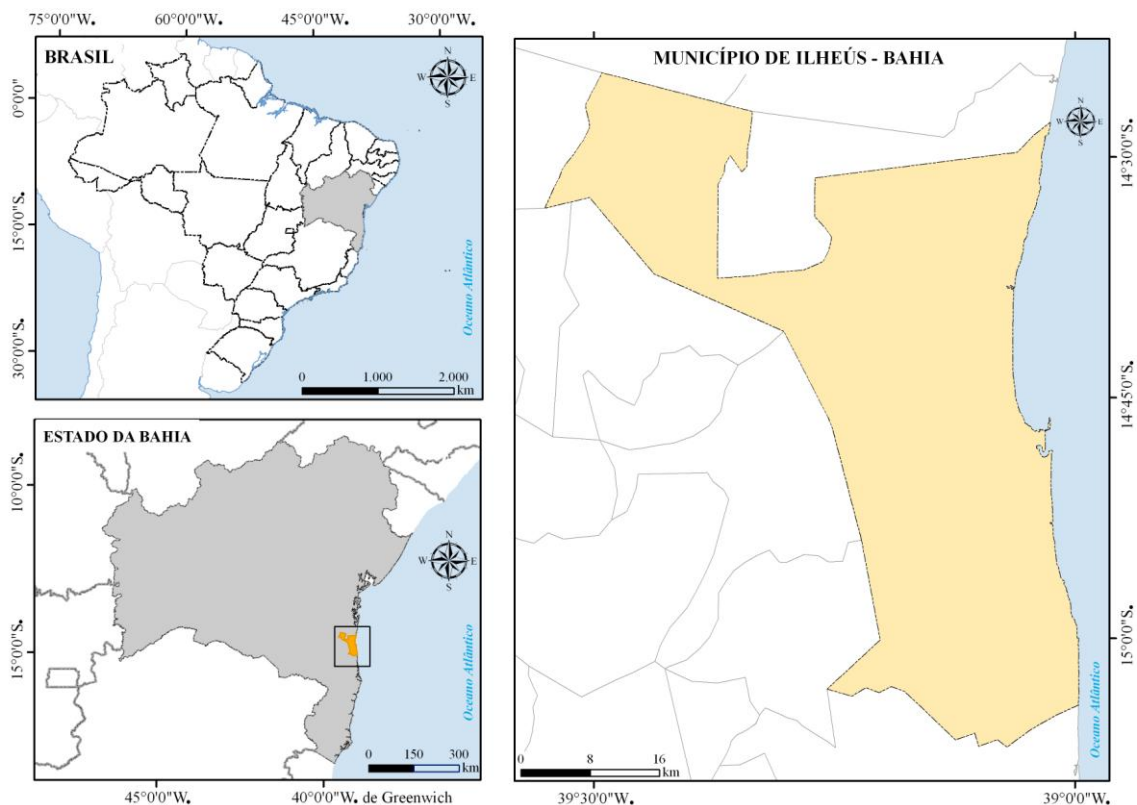


Figura 1: Localização do município de Ilhéus

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da SEI (2008) e IBGE (2010), por GÓES, L. M. (2011)

É no circuito inferior da pesca que parte da população de Ilhéus encontra abrigo. Enquanto o território ganha novos usos (industrialização e turismo) a economia da pesca (produção, circulação, troca e consumo) subsiste, em boa medida, como abrigo dos pobres. Tendo em vista que nos países subdesenvolvidos o espaço é marcado pelas enormes disparidades “os grupos sociais de alta renda requerem uma oferta baseada em tecnologia sofisticada, enquanto grandes massas de população lutam para ter acesso a bens considerados obsoletos” (FURTADO, 1992:56).

No circuito inferior o pescador luta para obter sua própria embarcação, confeccionar a isca, tecer as redes e transpor as águas que ora lhes abre o caminho, ora não permite sua aproximação, “de fato é a natureza que convida e desconvida” (RAMALHO, 2006:166). Devido à precariedade dos meios de produção sua atuação limita-se as águas costeiras, enquanto a indústria pesqueira – circuito superior - de alto padrão tecnológico transpõe oceanos, não se submete ao tempo da natureza, mas ao tempo do capital e vive do lucro e da mais-valia. Trata-se de dois circuitos que diferem fundamentalmente quanto ao capital e tecnologia na composição de uma mesma economia do sistema urbano. Ora, “cada circuito mantém, com o espaço de relações

da cidade, um tipo particular de relações: cada cidade tem, portanto, duas zonas de influência” (SANTOS, 2004:22).

Todavia, não existe em Ilhéus uma indústria pesqueira local. A economia da pesca é composta, na realidade, por um circuito inferior e superior marginal<sup>1</sup>. No entanto, nossa abordagem está centrada nos agentes do circuito inferior. Contudo, isso não nos impediu de estabelecer nexos entre os circuitos tendo em vista que “o território usado inclui todos os atores” (SILVEIRA, 2009:128).

A estrutura do trabalho é composta de duas partes. A parte 1 versa sobre: a pesca como atividade de subsistência e resistência na medida em que o litoral passa a ter novos usos; o período técnico-científico informacional e a possível dicotomia entre a pesca e aquicultura; o perfil socioeconômico dos pescadores de Ilhéus e por fim os agentes não hegemônicos e circuito inferior da economia. Toda a discussão dessa primeira parte busca apresentar a atividade econômica da pesca como abrigo dos mais pobres. Para tanto, recorreremos a levantamento de dados primários (trabalho de campo), secundários (CEPENE, FAO, IBGE, MPA, MTE, RAIS CAGED) e pesquisas bibliográficas.

A segunda parte versa sobre os agentes não-hegemônicos, ou hegemonzados, do circuito inferior da pesca. Fizemos algumas subdivisões em razão das etapas da produção pesqueira, a produção propriamente dita, a distribuição, a troca e o consumo. Buscamos elencar parte dos agentes que participam do circuito pescado em Ilhéus. Em virtude da escassez de dados sistematizados – peculiar ao circuito inferior -, quase totalidade das informações registradas nessa pesquisa baseia-se na comunicação oral de pescadores, comerciantes de pescado e demais indivíduos ligados a economia da pesca.

Abre-se um leque de possibilidades para análise do circuito inferior da pesca em Ilhéus, a partir dos agentes sociais produtores e reprodutores do território, tendo em vista que “os circuitos da economia urbana podem ser visto como subsistemas do sistema urbano, no qual toda forma de trabalho estão integradas” (MONTENEGRO, 2006:11). A partir dessa integração de atividades a pesca movimenta a vida dos ilheenses no sul da Bahia.

---

<sup>1</sup> Caracterizadas no decorrer do trabalho.



**PARTE I**

**A PESCA E O TERRITÓRIO ILHEENSE**





## A pesca em Ilhéus: Uma atividade de resistência

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos (SANTOS, 1994:5).

A pesca sempre esteve presente no litoral brasileiro, antes mesmo do primeiro processo de ocupação estrangeira através das capitanias hereditárias, e provavelmente é uma das modalidades de trabalho, junto da caça, mais antiga praticada pelo homem. Seu surgimento deve-se a necessidade de sobrevivência por meio da alimentação, sendo o peixe um alimento rico em proteínas e vitaminas. Assim, o ato de alimentar-se promove uma relação dialética entre o homem e a natureza, a partir do momento em que a mesma é valorada pela sociedade.

Martins (2006:49) narra essa relação como uma luta pela sobrevivência onde “o homem luta e vence a natureza, dá um uso para o território. Na luta e na vitória o homem se faz como ser natural que precisa lutar e vencer novamente: é preciso manter, buscar abrigo e alimento. É preciso manter e defender o território”. Território este, entendido não de forma cartesiana, mas como *território usado* como um híbrido de materialidade e de vida social, composto por um sistema de objetos e ações (SANTOS 1994; 2006 & SILVEIRA 2009).

A atividade pesqueira conforma um circuito espacial produtivo e, dessa forma, pela divisão do trabalho que acolhe, organiza o território ilheense (Sul da Bahia), a tal ponto de até certa fase da sua história, conformar quase uma territorialidade absoluta (SANTOS, 2006), em razão do modo como os indivíduos utilizavam o litoral (terra e mar), se organizavam no espaço, experimentavam a vida e davam sentido ao lugar. Está vida de relações (GEORGE, 1961) vem sendo profundamente alterada no período atual.

Segundo Andrade (2003:34) é possível identificar narrativas sobre a produção e o consumo de pescado. Embora essa atividade não tenha tido destaque ou referência nas obras que retratem a história do município ela assume relevante papel na sua constituição territorial. Segundo a autora, Ilhéus era primitivamente habitada por índios Tupiniquim e Aimoré que se dedicavam a agricultura de subsistência, caça, pesca e construção de redes, canoas e jangadas. A partir da técnica empregada na pesca e na construção dos artefatos para realização dessa atividade o índio pescador produzia e transformava o meio em que vivia. De fato, a técnica está integrada

ao meio criando uma realidade unitária em que o espaço é considerado com “um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (SANTOS, 2006:24-25)

De acordo com Andrade (2003: 29-30) a pesca e a coleta de crustáceo praticada pelos índios influenciam as atividades dos colonos que também passam a praticá-las. São Jorge dos Ilhéus era a única capitania do Brasil que não havia gado “criavam galinhas, alimentavam-se de caranguejo catado no mangue”. Em 1780 o pescado aparece como fonte de subsistência dos 1.950 habitantes da capitania que “vivam da caça e da pesca”. Nos anos de 1817 o pescado estava na modesta pauta de exportações que consistia em “jacarandá, arroz, peixe salgado, coco e farinha de mandioca”. Em meio aos diversos aspectos negativos que são narrados para caracterizar a Villa de São Jorge – a falta de recursos, falta de instrução, doenças e indolência dos homens - havia uma referência positiva sobre a Villa por ser “abastarda de pescado” (ANDRADE, 2003: 29- 30). Com o passar dos anos Ilhéus torna-se um importante centro de consumo e distribuição de pescado.

A atividade pesqueira passa a ser um importante motor econômico local a moldar vilas de pescadores presentes no litoral. A pesca deixa de ser apenas uma modalidade de trabalho para obtenção de alimento, passa a ser também um modo de vida. Destacamos aqui conhecidos locais de apropriação da atividade pesqueira o Pontal, São Miguel e Malhado (Figura 2) que embora tenham se transformado ao longo tempo não perderam sua ligação com a pesca. Assim, “no começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens” (SANTOS, 2006:39).

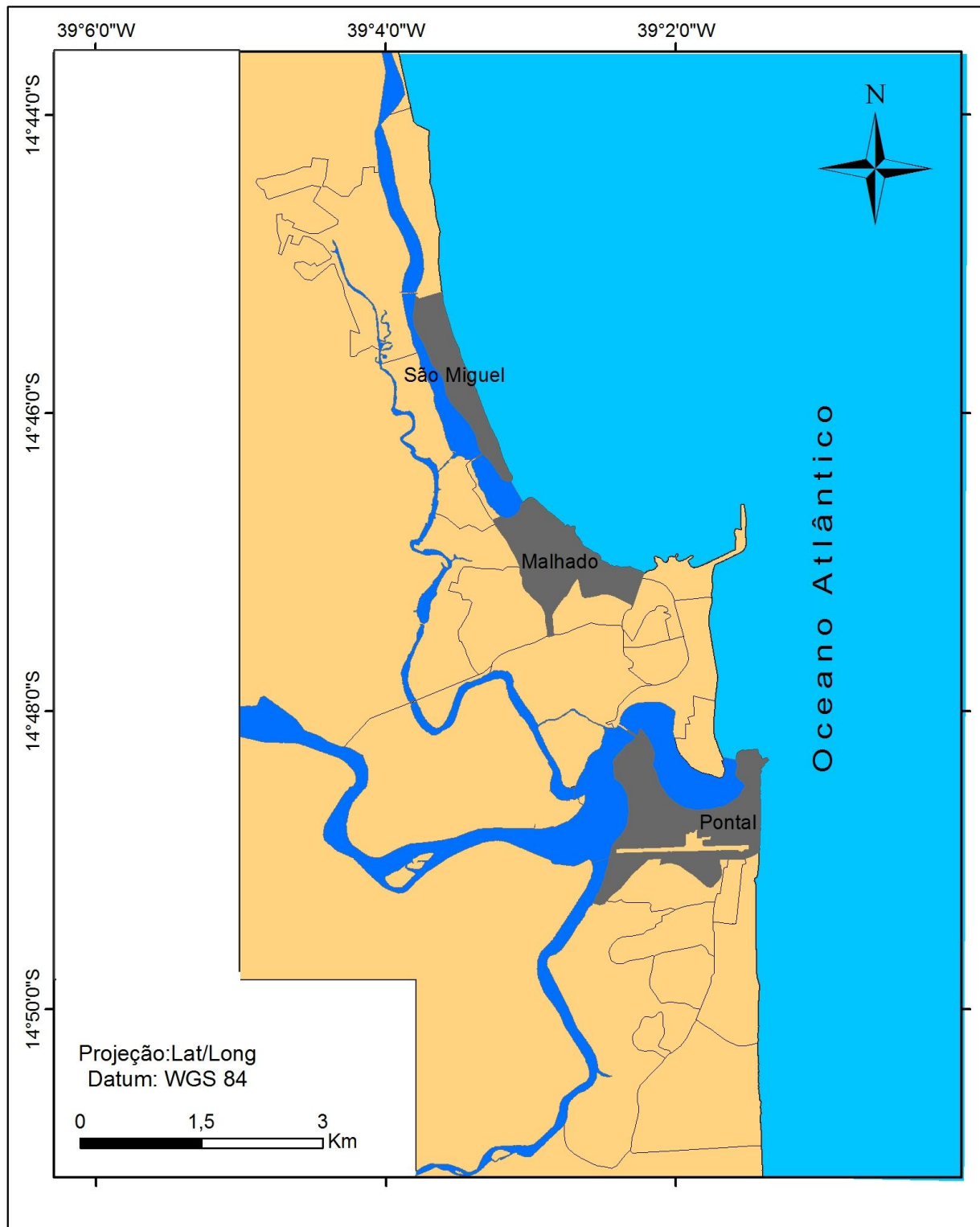


Figura 2: Conhecidos locais de apropriação da atividade pesqueira  
Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por SOUZA, C.M (2011)

Em 1875 começou a desenvolver a baía do Pontal de São João da Barra (Figura 3)<sup>2</sup> que atraiu pescadores de diversos lugares: Palame, Sauípe, Cajazeiras e Camamu (ANDRADE, 2003: 41).

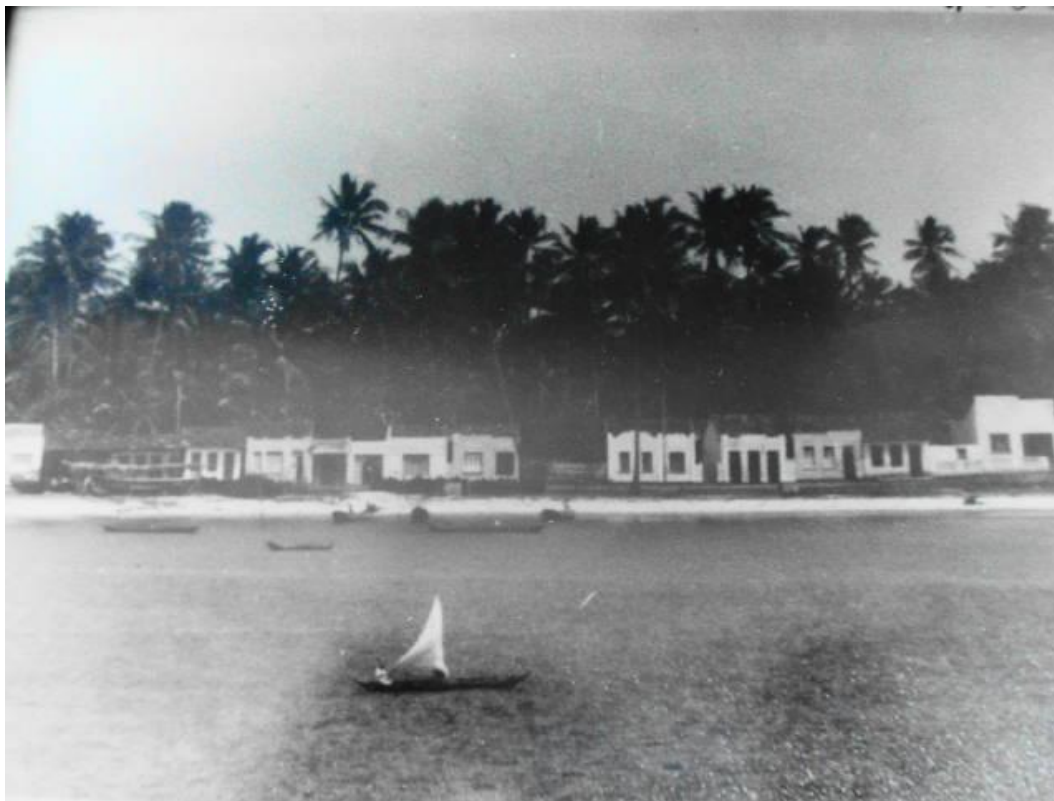


Figura 3: Imagem parcial da baía do Pontal.  
Fonte: Acervo digital

No entanto, por muito tempo a baía do pontal permaneceu isolada do centro da cidade, o acesso só era possível por meio de embarcações que transportavam pessoas e mercadorias. Em 1966 foi construída a ponte Lomanto Júnior (Figura 4) que liga o centro ao atual bairro do Pontal, antiga São João da Barra. Está situada no local a primeira colônia de pesca de Ilhéus Z19 ainda em atividade.

---

<sup>2</sup> As figuras 3 e 4 fazem parte do Acervo digital do município disponível no site <<http://picasaweb.google.com/r2cpress/ILHUSFOTOSANTIGAS#>> . Acesso em 22 de janeiro de 2010.

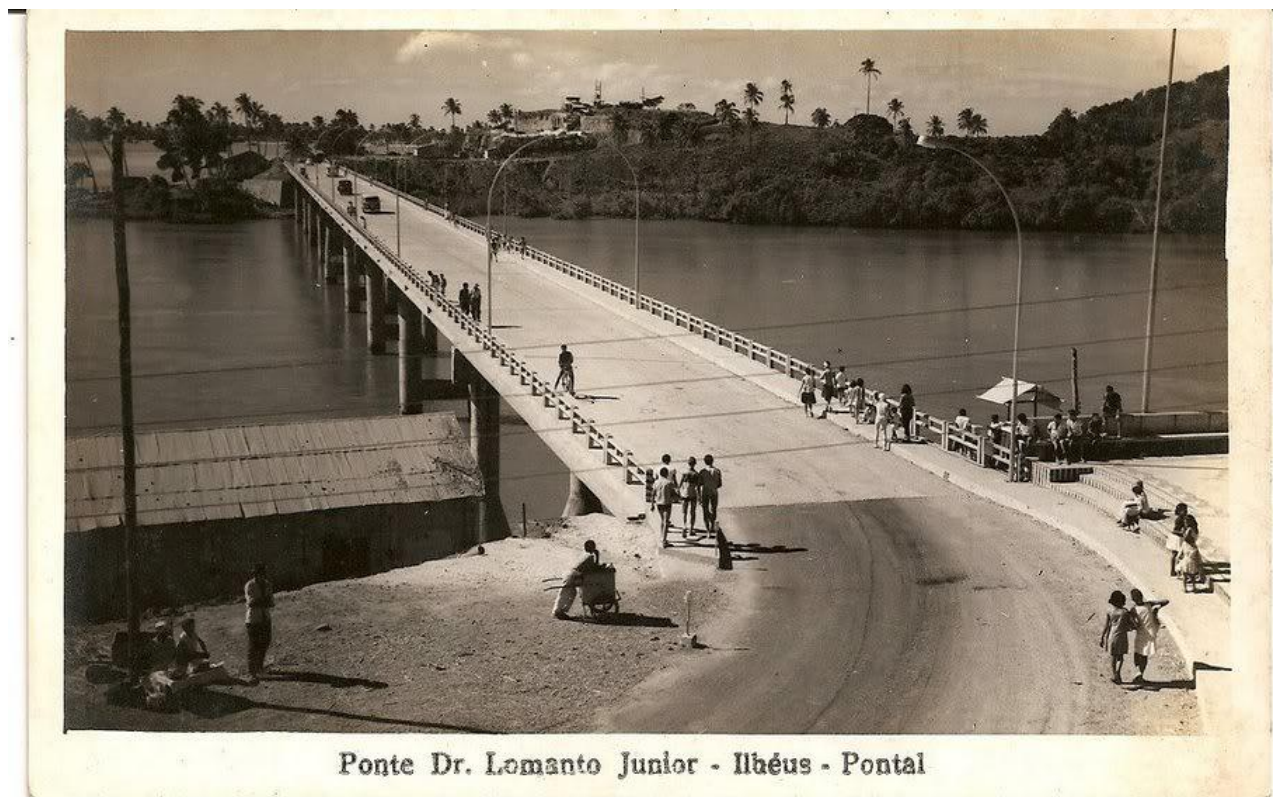


Figura 4: Ponte Lomanto Júnior  
Fonte: Acervo digital

A partir de então, a baía do Pontal passou por uma reconfiguração (Figura 5) abrigando hotéis, pousadas, clínicas e restaurantes contrastando com as poucas e antigas residências de pescadores que ainda estão no local. Hoje “é zona preferencial de moradia dos forâneos que se estabelecem na cidade” (PINTO, 2008:38). A baía abriga diversas embarcações de pesca, contudo, a maioria dos pescadores não reside no local, estabeleceram-se em áreas periféricas da cidade. De fato, a modernização foi excludente.





Figura 5: Baía do Pontal atualmente  
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Esse subespaço que por muito tempo foi marcado pela pesca passa a ser objeto de diversas ações que já não tem a pesca como exclusividade. Segundo Silveira (2009:131) “nesse sistema de ações o futuro se instala e torna-se, ainda mais um híbrido” de maneira que “cada período corresponde a uma base material e uma forma de vida social”.

A formação do povoamento da restinga do São Miguel, conhecida como “favela de areia” era uma antiga moradia de pescadores desde 1896. Foi destruída pelo mar com a construção do Porto Internacional do Malhado em 1971 que provocou uma mudança na corrente marítima. Após a destruição os pescadores voltaram a se estabelecer na restinga, local já habitado por famílias de pescadores a várias gerações. Aos poucos começaram a surgir também casas de veraneio a partir do loteamento da fazenda de cocos. No entanto, o lugar ainda preserva profundas ligações com a atividade pesqueira.

O bairro Malhado também possui ligações com a pesca na sua constituição. Originalmente era uma vila de pescadores nas imediações da fazenda Veloza. Com o processo de

urbanização a vila transformou-se na Avenida Luiz Eduardo Magalhães (PACHECO, 2010:188). Hoje o bairro do Malhado ainda possui referências da pesca, embora a maior parte dos moradores não seja pescadores. Abriga a colônia de pesca Z 34, um atracadouro de pequenas embarcações e um intenso comércio de pescado.

Referenciamos acima importantes locais de pesca dentro da cidade de Ilhéus, no entanto, a pesca abrange boa parte do município. Encontramos dificuldades em esboçar a trajetória desses locais tradicionais de pesca devido à insuficiência de dados históricos. No entanto, é sabido que esses diversos locais convergem para a cidade formando um importante circuito pesqueiro.

Segundo o Boletim da Estatística da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil publicado em 2006 existem em Ilhéus dez comunidades<sup>3</sup> pesqueiras no município de Ilhéus localizadas em: Barra Mamoan, Centro, Colônia Z 34, Malhado, Ponta da Pedra, Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, Pontal (incluindo a Z19), Porto Malhado e São Miguel (CEPENE 2006).

Traçar parte da história de Ilhéus pelo viés da pesca nos dá uma percepção de que a atividade pesqueira resistiu no tempo e no espaço. No primeiro, ela se mantém antes mesmo do “descobrimento” até o dia atual, muitas vezes praticada ainda como nos tempos idos (canoas e redes) como ocorre diariamente em Ilhéus; no segundo, ela resiste a “desterritorialização” quando o pescador é afastado do mar e aprisionado nas periferias da cidade. Isso porque vivemos uma “aceleração contemporânea” que segundo Milton Santos (1994:12) “são momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criarem o novo”. Embora a atividade pesqueira persista no litoral que outrora poderia ser percebido como “território da pesca” cede lugar para o “mundo” que impõe novos ritmos e novos atores.

---

<sup>3</sup> Usamos o termo comunidade numa referência oficial ao Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste – CEPENE- (vinculado ao Ministério do Meio Ambiente), que utiliza essa mesma nomenclatura. Para se referir a um grupo de indivíduos mobilizados em torno da pesca em determinados bairros. Nessa pesquisa não entramos no complexo debate antropológico sobre o conceito de comunidade.





## O Período Técnico-Científico Informacional

A pesca é uma atividade milenar que perpassa as três etapas referentes à história do meio geográfico: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006). No Brasil essas etapas podem ser representadas respectivamente: pesca indígena de subsistência por tribos como os tupinambás que utilizavam flechas e redes nas pescarias; a pesca da baleia que teve início no período colonial e perdurou até o século XIX, bem como, a pesca da sardinha a partir de 1910 que já incorporava mais elementos técnicos; por último a pesca realizada pela grande indústria pesqueira de alta tecnologia na captura do atum, camarão e afins nos moldes industriais. É no século XX que surgem as primeiras indústrias para salgar, secar e enlatar o pescado no Brasil (DIEGUES, 1999).

Na hierarquia econômica ilheense, a pesca – enquanto produção propriamente dita – possui pouca visibilidade como atividade econômica. Isso se deve, ao fato histórico de que a maioria dos pescadores é pobre e geralmente está associada à idéia de primitivismo e “marginalidade”.

Isso não quer dizer que essa atividade está alheia ao atual período de globalização. Todos participam de diferentes formas desse novo Período Técnico-Científico-Informacional, tendo em vista o processo de unicidades das técnicas e dos momentos “unidos por uma lógica comum” (SANTOS, 2006:128). No entanto, o progresso da ciência e tecnologia chega ao território com diferentes intensidades, tornando o espaço uma “colcha de retalhos” cada vez mais desigual.

Em Ilhéus não há pesca industrial. A pesca praticada no município apresenta peculiaridades se comparado a outros estados da federação. Boa parte da pescaria é de subsistência, comercial de pequeno porte e comercial de médio porte.

Neste período ganha relevância a aquicultura que consiste no “cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático” (MPA, 2010)<sup>4</sup>. Pode ser dividida em continental de água doce e marinha de água salgada. Abarca a Piscicultura (criação de peixes), Malacocultura (criação de moluscos), Carnicicultura (criação de camarões),

---

<sup>4</sup> Definição do Ministério da Pesca e Aquicultura disponível no site oficial do governo <<http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/informacoes/o-que-e-aquicultura>>. Acesso em Maio de 2011.

Algicultura (Cultivo macro ou microalgas), Ranicultura (criação de rãs) e criação de Jacarés. No Brasil têm se destacado a piscicultura e cunicultura.

A partir dos anos 1990 houve uma expansão da aquíicultura devido ao incremento de ciência e tecnologia no setor. Segundo o SEBRAE<sup>5</sup> essa atividade se consolida a partir da “entrada de grandes grupos nacionais e estrangeiros no setor – sejam oriundos da atividade pesqueira ou de outros segmentos econômicos, notadamente do agronegócio”. Essa atividade beneficia outros setores como núcleos de tecnologia, fábricas de ração, equipamentos e consultoria técnica.

No Brasil a aquíicultura apresenta crescimento anual superior ao mundial: mais de 15% ao ano enquanto que a média anual mundial é de 6,9% (FAO, 2009). Na última década vem atingindo um crescimento exponencial. No ano de 2003 foram 278.128,5 toneladas, saltando em 2009 para 415.649,0 (Figura 6). No período entre 2007-2009 a produção atingiu crescimento 43,8%. O Brasil possui condições favoráveis para aquíicultura tanto em águas oceânicas como nos estabelecimentos rurais.

---

<sup>5</sup> O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE - elaborou um pequeno histórico da aquíicultura no Brasil intitulado: “Aspectos evolutivos e modelo de desenvolvimento da Aquíicultura” disponível no site [http://www.sebrae.com.br/setor/aquicultura-e-pesca/o-setor/brasil/integra\\_bia?ident\\_unico=1302](http://www.sebrae.com.br/setor/aquicultura-e-pesca/o-setor/brasil/integra_bia?ident_unico=1302)>. Acesso em Maio de 2011.

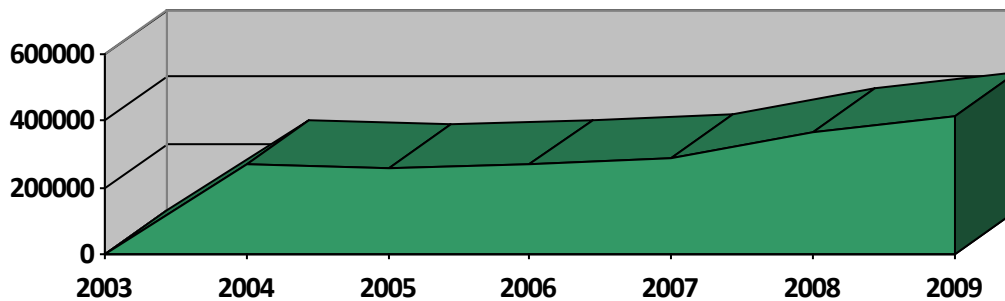


Figura 6: BRASIL: Produção nacional de pescado via aquicultura 2003 - 2009.  
 Fonte: Dados do Ministério da Pesca e Aquicultura 2010.  
 Elaboração da autora

A Bahia apresenta condições favoráveis a aquicultura, por possuir diversos reservatórios de água doce, terras disponíveis e uma crescente demanda por pescado. O estado é o terceiro maior produtor nacional de camarões em cativeiro com 1.850 hectares de área produtiva, é também o pioneiro no desenvolvimento da tecnologia de cultivo da aquicultura continental do peixe Beijupirá. A aquicultura hoje está presente em mais de vinte municípios baianos e conta ainda com a fazenda laboratório Uruabo, (Figura 7) localizado no município de Santo Amaro da Purificação - BA<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Dados da Bahia Pesca disponível em <<http://www.bahiapesca.ba.gov.br/aquicultura-maritima>>. Acesso em 28 de Agosto de 2011.



Figura 7: Fazenda Uruabo, laboratório do caranguejo Uça.  
Fonte: Bahia Pesca

O município de Canavieiras (Sul da Bahia) está inserido na maior região produtora de camarão em cativeiro do estado. Essa atividade tem causado graves problemas socioambientais, algumas empresas têm aterrado o mangue para construção das fazendas de cultivo, isso acarreta em graves problemas para população mais pobre que sobrevive do extrativismo de crustáceos como siri, caranguejo e guaiamu para subsistência e como fonte de trabalho e renda. O mangue é berçário natural de inúmeras espécies marinha que tem parte do seu ciclo de vida associado ao bioma. Com isso a carcinocultura –criação de camarão - tem afetado os estoques marinhos da região e conseqüentemente a pesca. Contudo, a atividade tem crescido no estado e alcançado prestígio no cenário nacional. É provável que o município de Ilhéus seja inserido, a médio ou longo prazo, no circuito da aquicultura.

Essa expansão deve-se também a tendência mundial de declínio na produção extrativa do pescado, segundo a FAO (2009) cerca de 20% das principais unidades populacionais de peixes marinhos estão explorados, 8% estão esgotados e 1% dá indício de recuperação do esgotamento. A sobrepesca realizada por grandes empresas dedicadas à pesca industrial causou um importante declínio na complexidade das cadeias alimentares em mais de um nível trófico entre 1950 e 2000 (PAULY e WATSON, 2003).

Ao mesmo tempo em que os mares emitem sinais de esgotamento, a aquicultura ganha relevância e aumenta também a demanda mundial por pescado. Com uma análise superficial da situação chegaríamos à conclusão de que a aquicultura seria a solução do problema da diminuição do pescado no mundo. No entanto, esse processo de remodelação tecnológica de produção do pescado elimina o principal ator da produção, o pescador. Este, “cede” lugar ao empresário que possui acesso a sistemas de créditos, tecnologia e capital necessário a produção.

Castells (2002:143) relata a implantação de um projeto de piscicultura na África Oriental do lago *Turkana*. Especialistas noruegueses “desenvolveram um programa para transformar os criadores de gado da região em produtores de peixe de alto valor comercial”, contudo o projeto fracassou. Os custos para realizar a produção e distribuição dos peixes eram tão altos que inviabilizou o sucesso do programa. Assim, os vinte mil nômades *turkanas* ficaram impossibilitados de seguir a diante e/ou de retornar a pecuária.

No Estado de Santa Catarina houve uma tentativa de associar a aquicultura de água salgada (maricultura) com o pescador de pequeno porte. No entanto, os custos da produção e da tecnologia utilizada impossibilitaram o sucesso do projeto. Hoje o estado é referência nessa modalidade de cultivo, ocupa o primeiro lugar no *ranking* nacional, porém, o pescador não foi integrado ao processo como era a proposta inicial (ROSSO, 5: 2010).

Está em curso uma nova ruptura na relação pescador – peixe, ou seja, na relação entre o trabalho e o objeto do trabalho, seja por via da pesca industrial que captura indiscriminadamente o pescado, seja através da aquicultura que exclui o pescador do processo. É importante ressaltar que a implantação da aquicultura no Brasil não foi um projeto com o intuito de gerar emprego e renda a pescadores pobres. Na realidade, o desenvolvimento dessa atividade está pautado na alta demanda do comércio exterior. Demanda esta que garante ao país a posição de 14º maior produtor mundial de camarão (FAO, 2009).

A aquicultura é uma atividade mediada pela divisão internacional do trabalho. Sob este aspecto seria fundamental lembrar que ao caracterizar os territórios colonizados, Max Sorre (1961) afirmava a existência de *paisagens derivadas*, porque resultavam de uma produção que respondia à escassez econômica europeia. Para Hildebert Isnard (1979), mais que paisagens derivadas, tratar-se-iam de *espaços alienados*, pois não seria apenas a forma, a paisagem, a ser

afetada pelas ordens hegemônicas européias, mas também e, sobretudo, a organização do espaço. Mais recentemente Milton Santos propõe que:

“Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de atrair o capital. Tal como o homem, o espaço tornou-se mundial. O capital – por suas possibilidades de localização e suas necessidades de reprodução – se torna o intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado.” (SANTOS, 1979: 112)

De fato, a interferência exógena no local se acentuou no período atual de globalização. Segundo Silveira (2009:133) “o território revela uma dinâmica imprevisível e alienada, uma vez que não precisa ter uma correspondência com os interesses da sociedade local ou nacional”. Assim, o território é organizado a partir das necessidades organizacionais fazendo enfraquecer a solidariedade orgânica tão relevante a manutenção da vida de relações no lugar. Nos dias atuais “o princípio de organização interna, criador de interdependências contíguas, é estilhaçado e os nexos no lugar são subordinados aos nexos do mundo. Há uma intensa produção de desordem” (SILVEIRA, 2009:134).

A desordem se aloja no território, permanentemente recriado para atender as demandas do capital. O mesmo território revela, de um lado, o crescimento econômico e do outro, o agravamento dos problemas sociais. Isso fica mais evidente nos países subdesenvolvidos. Para Bernardes (2003:205-206) “O Estado brasileiro reafirma seu histórico papel como protetor dos mais poderosos e, na balança da ordem pública e privada, age agora a favor dos grandes capitais globais”.

Apesar do discurso globalizante, da comunicação instantânea, da expansão do comércio internacional, do crescimento da sociedade do serviço e de inúmeros fatores que tornam a globalização um fenômeno abrangente, ele não é homogêneo em seu sentido amplo. Para SOUSA SANTOS (2002: 26-27) a globalização é um fenômeno “multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, e jurídicas interligadas de modo complexo”. Toda essa complexidade cria o que o autor denominou de “campo de conflitos”, por não haver um consenso entre os grupos sociais, Estados, interesses hegemônicos e interesses subalternos. Esses conflitos resultam no “aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres”.

A análise do território ilheense põe em relevo essas contradições. Após sucessivas crises do cacau, surgem diversas tentativas de diversificação econômica no uso do território. O município que outrora estava voltado para monocultura cacauzeira ensaia os primeiros passos na realização de atividades modernas: industrialização, a informática e o turismo. Há um processo de refuncionalização em curso, privilegiando esse tripé de atividades econômicas. Entretanto, em nenhum momento a atividade pesqueira foi pontuada como possibilidade de geração de emprego e renda.

As atividades modernas incorporadas ao território não foram suficientes para abrigar a numerosa mão-de-obra ociosa residente no município. Diferentemente das atividades realizadas no campo de outrora, as atividades modernas nos centros urbanos são por excelência, poupadoras de mão-de-obra. Os 383 estabelecimentos industriais presente no município de Ilhéus geram apenas 3.362 empregos, uma média de 8,7 por indústria. É um resultado fraco em relação ao número de indústrias que operam no município.<sup>7</sup>

Outro seguimento importante é o turismo. Sobretudo, explorando os chamados “recursos paisagísticos”, o “sol o ano inteiro”, favorecendo o turismo de praia, as extensas faixas litorâneas, uma considerável infra-estrutura (porto, aeroporto e rodovias) que viabiliza a circulação. Também, graças à publicidade, Ilhéus pode ser conhecida como a cidade de Jorge Amado, onde foram ambientadas obras importantes do autor e que foram transformadas em peças de teledramaturgias.

O turismo em Ilhéus toma corpo a partir dos anos 1970/1980, como estratégia e discurso na tentativa de dinamizar a economia local.

Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, frequentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados como as ações que ensinam (SANTOS 1994:7).

O discurso do “desenvolvimento local” (*avant la lettre*) foi demandado para legitimar novos uso do espaço ilheense que privilegiou parcelas da cidade e expulsou populações tradicionais para construção de hotéis e *resorts*. Como é o caso do *Resort* Tororomba e a cabana

---

<sup>7</sup> Banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego disponível em: <[http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona\\_uf\\_consulta.asp?uf=ba](http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?uf=ba)> Acesso em 27 de Fevereiro de 2010.

Batuta *Beach* construídos em Olivença numa área litigiosa por ter abrigado uma aldeia tupinambá (PINTO, 2008:40).

O turismo tem fundamental importância para o município por empregar mão-de-obra local dentre os mais diversos setores da economia. No entanto, os empregos nem sempre são formalizados por serem em grande parte sazonais devido aos períodos de alta e baixa estação. Na alta temporada - compreende o período de dezembro até o Carnaval - a oferta de emprego é maior. De acordo com a Agência SEBRAE<sup>8</sup> de Notícias a temporada de cruzeiros que se iniciou em outubro (2010) e se estendeu até Abril (2011) injetou na economia do município o equivalente a R\$ 6.000.000,00 a partir do consumo em lojas, restaurantes, cabanas de praia e artesanato, além de prestadores de serviço. A estimativa foi que 130.000 pessoas desembarcaram nas águas de Ilhéus.

O turista também é importante consumidor de pescado. A gastronomia é um importante produto e atrativo de Ilhéus. São dezenas de barracas de praia, restaurantes, baianas de acarajé que comercializam o pescado a quem deseja conhecer as iguarias da culinária baiana. A gastronomia da Bahia tem um forte traço cultural, em poesias, músicas, cantadas em versos. Dorival Caymmi na canção A Preta do acarajé canta: “todo mundo gosta de acarajé, todo mundo gosta de abará, ninguém quer saber o trabalho que dá...”. A expressão “todo mundo gosta” do Dorival Caymmi é bem peculiar ao atual período de globalização em que o mundo passa a ser uma possibilidade.

---

<sup>8</sup> Disponível na página do Serviço de Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia/11351245/servicos/temporada-de-cruzeiros-injeta-r-6-milhoes-em-ilheus/>> Acesso 01 de Março de 2011.



## **Perfil socioeconômico dos pescadores de Ilhéus-Bahia**

A extração de recursos marinhos oferece duas possibilidades aos que dela participam: subsistência e renda. Em Ilhéus centenas de famílias sobrevivem dessa atividade. São pescadores, catadores de crustáceos e marisqueiras. No entanto, nossa abordagem centra-se na pesca por ser a atividade que representa maior número de pessoas envolvidas no extrativismo animal neste litoral.

Estudos atuais sobre o litoral de Ilhéus são pouco freqüentes. Em linhas gerais correspondem a trabalhos sobre a fauna marinha, contaminação dos ecossistemas ou ocupação urbana dos manguezais. O trabalho mais completo encontrado no levantamento bibliográfico feito por esta pesquisa (embora não seja recente) é o “Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira: Aspectos da atividade pesqueira” publicado em 1975 pela Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) vinculado ao ministério da agricultura.

Neste diagnóstico a CEPLAC reuniu diversos aspectos da atividade pesqueira de 23 municípios divididos em três microrregiões: Tabuleiros de Valença, Litorânea do Extremo Sul e a Cacaueira na qual o município de Ilhéus está inserido. Foram catalogados dados sobre a pesca e o pescador. A CEPLAC atuava na organização, assistência técnica e na realização de pesquisas ligadas ao setor pesqueiro. No entanto sua participação se findou nos anos 1980. Hoje, a empresa BAHIAPESCA (empresa mista do governo do estado) é a responsável pelo setor pesqueiro baiano.

Em 2009 realizamos um levantamento socioeconômico dos pescadores atuantes em Ilhéus. Durante o estudo foram entrevistados 36 pescadores de quatro comunidades de pesca do município: Pontal, Prainha Malhado, Princesa Isabel (no centro da cidade) e São Miguel. Encontramos algumas dificuldades na realização das entrevistas: muitos pescadores são resistentes à entrevista por receio de fornecer informações particulares, por desacreditarem na relevância da pesquisa ou ainda por não ter um retorno financeiro mediante sua participação. Outros ainda têm receio de ser denunciado por praticar a pesca em locais proibidos, isso acontece com pescadores com maior capacidade de produção. Apesar dos entraves obtivemos resultados significativos.

Propomos aqui a comparação entre os dados da CEPAC e os de 2009. Sabe-se, contudo, que essa tentativa de comparação é uma difícil tarefa devido às discrepâncias no que se refere à área de estudo e o número de entrevistados. Entretanto, percebe-se que, grosso modo, a atividade pesqueira não apresenta mudanças profundas no litoral baiano mesmo com as diferenças de escala. Comparando os dados de 1975 com os de 2009 percebeu-se que as mudanças no setor ocorrem lentamente após 34 anos. No primeiro caso 42,7% dos pescadores entrevistados possuíam embarcação, no segundo, são 50% dos entrevistados (Figura 8).

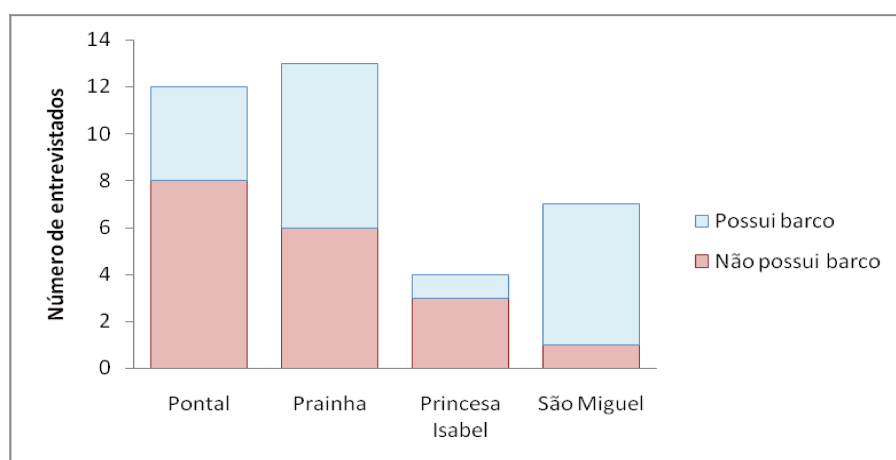


Figura 8: Proprietários de embarcações por comunidade pesqueira.

Fonte: QUEIROZ, G. A. 2009

O maior número de pescadores proprietários de embarcações foi registrado na Prainha do Malhado e no São Miguel. No entanto, são embarcações de pequena autonomia como canoas e “boca aberta” movidas a remo, vela ou motor de polpa. É importante salientar que no Pontal encontramos o maior número de embarcações e melhor qualidade das mesmas. Os proprietários, geralmente, não participam da pesca o que dificultou a realização das entrevistas.

Existe uma estratificação nítida em relação aos proprietários. Na Prainha e São Miguel os proprietários geralmente são pescadores que possuem embarcações herdadas dos familiares ou adquiridas em parceria. Por possuírem embarcações mais simples os ganhos são menores. No Pontal e Santa Inês existe uma relação de contrato onde o “comprador da força de trabalho a

consome ao fazer trabalhar o vendedor dela” (MARX 1996: 297). Devido melhor condição da frota, o pescador pode passa até 15 dias no mar aumentando as possibilidades de renda.

A qualidade das embarcações e dos instrumentos da produção influencia diretamente na renda obtida pelos pescadores. Na figura abaixo podemos constatar que as maiores rendas estão no Pontal e Princesa Isabel. A questão dos rendimentos com a pesca é sempre um “campo minado”, geralmente os pescadores elevam o valor ou não respondem a pergunta, dos 36 entrevistados 11 não declararam. A média total da renda nas quatro comunidades foi de R\$ 577,5.

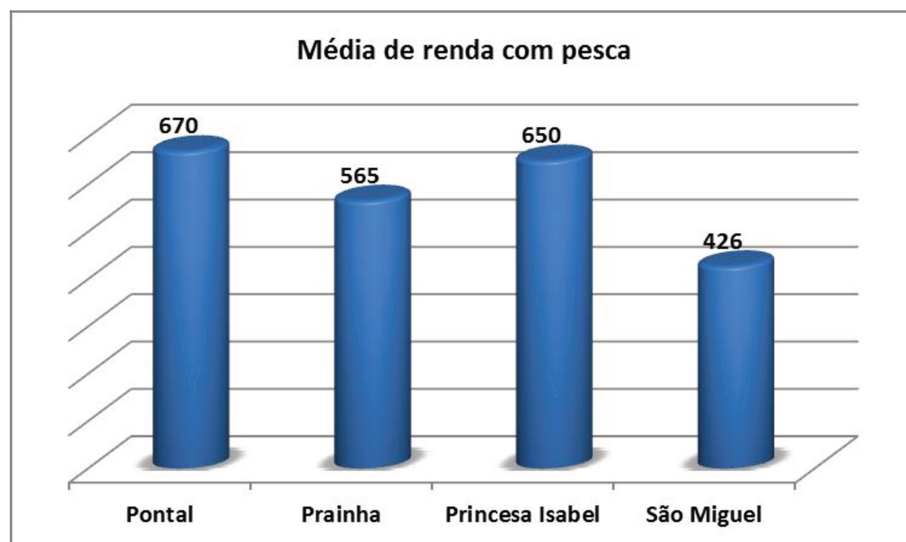


Figura 9: Renda por comunidade (n=25)

Fonte: QUEIROZ, G. A. 2009

Os pescadores que possuem menor renda ficam impossibilitados de obter ou investir nos meios de produção. O pescador vende o peixe (M= mercadoria) para obter dinheiro (D= dinheiro) para comprar o alimento, roupas, itens de necessidade (M= mercadoria). Assim “o dinheiro está definitivamente gasto” é o que Karl Marx (1996: 269) denomina M - D- M. Enquanto um empresário da pesca donos dos meios de produção faz uma operação inversa D- M- D, onde proprietário compra(D) a produção do pescador (M) e revende (D), assim o dinheiro é transformado em capital. Com essa operação ele aumenta seu lucro e pode investir nos meios de produção.

Foram coletadas informações sobre os motivos que levaram os pescadores de Ilhéus à escolha da profissão (Figura 10). Com 39% está o quesito necessidade, herança da crise na

cacaucultura que resultou, sobretudo, no desemprego em massa<sup>9</sup> e endividamento do comércio. Muitos desses pescadores são provenientes do campo ou da construção civil<sup>10</sup>. Os quesitos como Influência da família e afinidade pontuaram 33% e 28% respectivamente. A proximidade com o mar e a influência das gerações passadas foram aspectos decisivos na escolha da profissão, principalmente no Pontal e São Miguel.

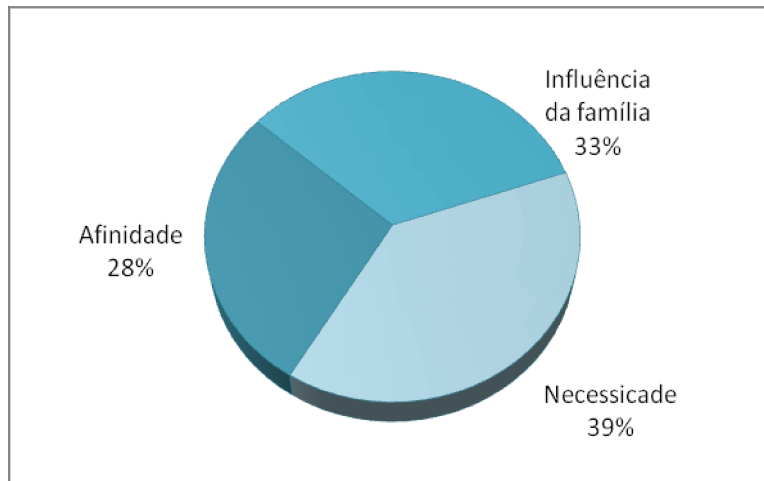


Figura 10: Escolha da profissão  
Fonte: QUEIROZ, G. A. 2009

Outro fator que influenciou na escolha da profissão é o grau de escolaridade (Figura 5). Verificou-se que a taxa de analfabetismo é de 20% (percentual dos pescadores que se declararam analfabeto). Se considerarmos também os semi-analfabetos e aqueles que possuem 1º grau incompleto, esse número se eleva para 78%. Apenas 11% dos pescadores possuem o 2º grau completo. No diagnóstico publicado pela CEPLAC em 1975, a escolaridade dos pescadores correspondia: 41,8% nunca foram à escola e 24,3% não concluíram o primário, somando 66,1% com baixa ou nenhuma escolaridade. A escolaridade influencia também na mobilidade

---

<sup>9</sup> O fim da cacaucultura como principal atividade econômica acarretou no esvaziamento do campo e inchamento da cidade. De acordo com Censo de 2010 apenas 28.931 pessoas vivem no campo, isso corresponde a 15,7% da população de Ilhéus que resultou na criação de favelas e ocupação dos mangues. Contudo, não foi o crescimento da população urbana que gerou a pobreza, mas agravou a situação que já existia. O homem pobre do campo agora é o pobre da cidade, trabalhadores rurais que não possuíam outra especialização a não ser o trabalho do campo não foram incorporados pelo mercado formal.

<sup>10</sup> Nas entrevistas realizadas perguntamos sobre a profissão anterior a pesca e muitos dos entrevistados relataram que eles e seus familiares saíram do campo após a crise do cacau. Como a crise afetou o campo e a cidade, muitos deles, lançaram-se ao mar em busca de subsistência e renda.

profissional, pescadores que desejam mudar de profissão ficam restritos a atividades que não exigem elevado grau de instrução.

Esta condição pode ser um fator limitador para implantação de cursos técnicos de navegação, pesca e também de manejo e gestão do uso dos recursos pesqueiros. Outra preocupação desse baixo índice escolar é a transferência dos conhecimentos sobre a atividade pesqueira que se baseiam apenas na observação, sem deixar um registro escrito sobre as tradições e práticas para as gerações futuras. Dos entrevistados, 61% possuem familiares na pesca, no entanto, boa parte desses familiares é da mesma geração. Segundo relatos dos pescadores muitos deles não desejam que seus filhos continuem na pesca devido à baixa remuneração e as dificuldades encontradas para realização da atividade.

Embora o rendimento com a atividades sejam baixos, 67% dos entrevistados possuem casa própria (Figura 11), 25% moram de aluguel apenas e 0,8 não possuem imóvel (dois deles moram de favor). Um pescador não possui família no município e não tem condições de pagar o aluguel, morando na sua pequena embarcação. Em São Miguel todos entrevistados possuem o imóvel, por possuírem longa tradição na localidade alguns herdaram a casa da família.

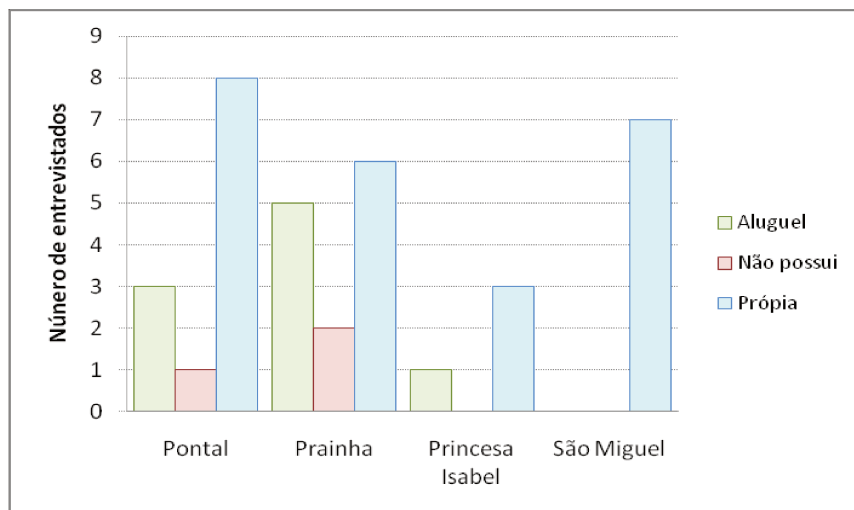


Figura 11: Moradia por comunidade de pesca

Fonte: QUEIROZ, G. A. 2009

No que se refere à propriedade do imóvel talvez se justifique pela idade média (Figura 12) dos entrevistados que é de 47 anos. Segundo os pescadores, a casa própria é um bem adquirido após muitos anos de profissão, Estes, pontuam em média 23 anos na profissão.

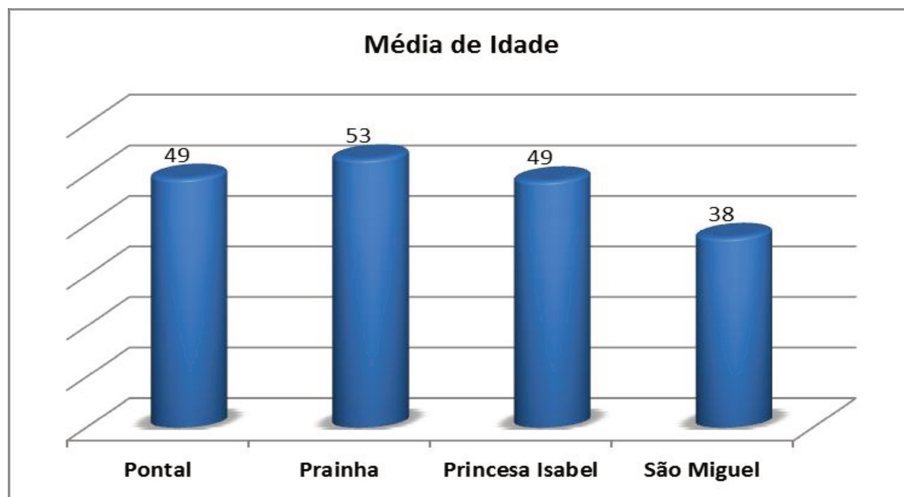


Figura 12: Média de idade por comunidade

Fonte: QUEIROZ, G. A. 2009

Encontramos pescadores em idade bem avançada que ainda trabalham na atividade. O São Miguel apresenta pescadores mais jovens. Segundo o relato dos entrevistados isso ocorre pela influencia que a pesca possui no cotidiano desse bairro que tem uma população significativa de pescadores, possibilitando o exercício da profissão ainda na idade juvenil. Os mais idosos não dispuseram a colaborar com as entrevistas alegando que não saberiam responder o questionário.

É possível afirmar, a partir das narrativas dos pescadores, que a condição de vida dos trabalhadores da pesca é uma luta por sobrevivência. A precariedade dos meios de produção, a incerteza da renda na labuta diária, a baixa escolaridade e às vezes a idade mais avançada que não permite realizar o mesmo esforço na atividade, conduzem o pescador a viver na pobreza. A pesca é uma atividade extremamente insalubre, devido o esforço braçal, empregando a exposição da pele ao sol podendo acarretar em câncer de pele, e a ausência de proteção para os olhos que causam problemas de visão incluindo a catarata.

## **Agentes não hegemônicos e circuito inferior da economia**

Na periferia da globalização as cidades crescem num ritmo em que dificilmente, a permanecer as condições atuais, seus habitantes terão melhores e dignas condições de transporte, educação, habitação, saneamento básico, trabalho e renda. Até por que “o processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior” (SOUZA SANTOS, 2002:63). Isso é perceptível na produção do espaço urbano que tem se tornado cada vez mais heterogêneo, por concentrar riqueza e pobreza. Para Santos (2009a: 28) “É antes a modernização, pela forma que assume em pleno período tecnológico, que é responsável pelo desenvolvimento do subemprego e da marginalidade”.

No esforço de compreender o território usado em Ilhéus - sinônimo de espaço geográfico - tendo como foco a atividade pesqueira, usaremos como base teórica o estudo dos circuitos espaciais de produção (MORAES, 1985; SANTOS, 2004) retomado por Santos e Silveira (2001) no final da década de 90. Segundo Moraes (1985: 156) “*discutir los circuitos espaciales de la producción es discutir la espacialidad de la producción-distribución-cambio-consumo como movimiento circular constante. Captar sus elementos determinantes es dar cuenta da la esencia de tal movimiento*”. Essa abordagem de método constitui um tipo de estudo imprescindível para que se entenda a dinâmica produtiva dos países periféricos num contexto de globalização.

Milton Santos (2004) elaborou uma proposta analítica para estudo do espaço urbano a partir de dois circuitos econômicos. Em sua obra “O Espaço Dividido” defende a existência de um sistema econômico urbano, subdividido em dois subsistemas, chamados de circuito superior e circuito inferior da economia urbana. Um vinculado às grandes indústrias de atuação continental e mundial, e o outro envolvendo pessoas, instituições e empresas de atuação local e regional respectivamente. As diferenças fundamentais entre os circuitos são: capital, tecnologia e organização.

A economia urbana é um “sistema de estruturas e não um sistema de elementos simples”. No bojo desse sistema existem circuitos que possuem relações de concorrência e complementaridade, “ambos subordinado às mesmas leis gerais do desenvolvimento capitalista”. Contudo, o circuito inferior possui uma relação de dependência em relação ao circuito superior, como subsistema de um sistema maior (SANTOS, 2009a: 63).

Embora o circuito inferior seja dependente do circuito superior ele possui características próprias como o uso de “trabalho intensivo” e elevada capacidade criativa. É baseado no crédito e no dinheiro líquido e apresenta uma produção reduzida (SANTOS, 2004). Ocupam “bairros, ruas, becos, terminais rodoviários e metroviários, praças e porões, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos” (ARROYO, 2008: 31).

Seus agentes não possuem a mobilidade espacial que caracteriza o circuito superior. Eles estão presos à sua localização primeira. Nesse circuito a tecnologia é reduzida ou nula, o capital investido é reduzido e a mão-de-obra é volumosa, porém não é qualificada. As atividades do circuito inferior estão intimamente ligadas aos conteúdos do meio geográfico no qual se localizam (SANTOS, 2004).

Embora nossa proposta de análise seja o circuito inferior da pesca em Ilhéus, estaremos sempre nos reportando ao circuito superior, por entender que a cidade deve ser concebida como totalidade. De modo que, “cada ponto do espaço é solidário dos demais, em todos os momentos. A isso se chama a totalidade do espaço.” (SANTOS, 2009b: 86).

No atual período de globalização os países subdesenvolvidos têm incorporado atividades e equipamentos modernos. Todavia, há um uso seletivo do espaço que produz o empobrecimento de uma grande parcela da sociedade. Desfavorecida ao mesmo tempo econômica, social e politicamente, se inserem no circuito inferior da economia. Pode-se rotular que este circuito constitui-se o circuito econômico dos pobres “que oferece um número máximo de emprego com um volume mínimo de capital” (SANTOS, 2009 a: 67).

A insuficiência de renda, a insegurança no mercado de trabalho e a falta de recursos diversos contribuem potencialmente para situação de pobreza no município de Ilhéus. São consideradas como famílias pobres<sup>11</sup> aquelas com renda familiar per capita menor ou igual a metade do salário mínimo vigente.

---

<sup>11</sup> Existem inúmeras definições de pobreza. Adotamos a definição utilizada pelo IBGE e pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Um estudo mais aprofundado sobre pobreza, linhas de pobreza e índices pode ser encontrado no “Relatório Final do Projeto Governabilidad Democrática de Género en America Latina y el Caribe” disponível em: <  
[http://portallumis.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GGeneroPobreza\\_Brasil04.pdf](http://portallumis.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GGeneroPobreza_Brasil04.pdf)>  
Acesso em 29 de Setembro de 2010.



O último mapa de pobreza e desigualdade, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o município em 2003, aponta para 47,34% da população vivendo na pobreza<sup>12</sup>. O Nordeste apresentou a maior porcentagem (77,1%) de municípios com mais de 50% da população em estado de pobreza.

Embora haja crescimento econômico não há uma justa distribuição de renda. O Produto Interno Bruto (PIB) atingiu a marca de R\$ 1.442.583 e o PIB per capita em 2008 chegou a R\$ 7.431,66 (Tabela 1), no entanto, quase metade da população vive em estado de pobreza. Esses dados comprovam que os pobres não conseguem apropriar-se dos frutos do crescimento econômico, isso implica em condições precárias de vida.

**Tabela 1- Produto interno Bruto de Ilhéus por atividade em 2008**

<b>Atividade</b>	<b>Total (mil)</b>
Agropecuária	53.959
Indústria	408.522
Serviços	960.102
PIB per capita	7.431,66

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Elaboração da autora

Para melhor entendimento desta questão detalhamos (Tabela 2) os índices de desenvolvimento do município tanto de ordem econômica como de ordem social. A Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI), principal provedor de dados do estado, publicou o *Ranking* dos atuais 417 municípios baianos. O melhor resultado de Ilhéus refere-se ao produto municipal que representa a renda gerada no por todos os setores da economia do lugar ocupando a 11º posição. Contudo, os índices referentes á condição de vida da população comprovam a disparidade, a exemplo do nível de saúde (81º) que engloba saneamento básico, estabelecimentos de saúde e notificações de doenças e vacinação.

---

Dados IBGE disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1293&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1293&id_pagina=1) Acesso em Novembro de 2010.

**Tabela 2 – Índice de desenvolvimento econômico e social de Ilhéus-BA (2006)**

<b>Índice</b>	<b>Valor</b>	<b>Ranking</b>
Índice de Desenvolvimento Econômico	5.081,78	18°
Índice de Desenvolvimento Social	5.097,93	23°
Índice de Infra-estrutura	5.078,76	44°
Índice de Produto Municipal	5.097,38	11°
Índice de Qualificação de Mão-de-Obra	5.069,24	33°
Índice do Nível de Educação	5.058,09	67°
Índice do Nível de Saúde	5.041,77	81°
Índice dos Serviços Básicos	5.070,45	74°

Fonte: [http://www.sei.ba.gov.br/side/frame\\_tabela.wsp?tmp.tabela=T164&tmp.volta=](http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?tmp.tabela=T164&tmp.volta=)  
Elaboração da autora

Diante dessa problemática surgem programas, projetos e políticas direcionadas as famílias pobres. Entre eles está o Programa Bolsa Família (PBF) que se caracteriza pela transferência de renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa Bolsa Família (PBF) baseia-se nos seguintes critérios: A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos. O valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200 (MDS, 2010).

Em 2006 a estimativa de famílias pobres em Ilhéus era de 32.028 e, atualmente, 22.547 famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS, 2010). Considerando a população do município de 184.231 habitantes e o número médio de pessoas por domicílio, que corresponde a 3,31, estima-se que o Programa Bolsa Família (PBF) atenda 40,50% da população Ilheense, transferindo mensalmente para o município R\$ 2.203.637,00 (MDS, 2010). Contudo, a geração de empregos pode ser mais eficiente no combate à pobreza do que programas de transferência de renda. O número de famílias beneficiadas por programas sociais é um indicador da pobreza que se aloja no território

De acordo com as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) no mês de janeiro de 2011, foram gerados 152.091 empregos formais na Bahia, equivalentes a um crescimento de 0,42% em relação ao estoque do mês anterior. Esse resultado

foi o segundo melhor de acordo com a série histórica (2003 – 2011) do CAGED para o período. No entanto, o município de Ilhéus não corresponde ao crescimento do Estado e ocupou a 57ª posição. O número de admitidos no período foi de 710 e foram desligados 709 com saldo de 1 contratação<sup>13</sup>.

Em Ilhéus a distribuição do emprego formalizado não tem alcançado bons resultados. A agricultura que durante décadas era a atividade que mais empregava no município, agora perde para administração pública. Hoje, as atividades que mais empregam são os serviços e comércio (Tabela 3). Isso se deve a presença do turismo no município e ao número de empresas de pequeno e médio porte que segundo IBGE<sup>14</sup> são 3.683 unidades locais. De acordo com o Sr Renato, coordenador do SEBRAE de Ilhéus, o município conta com 4.000 micros e pequenas empresas.

**Tabela 3- Número de empregos formalizados no município de Ilhéus em 2009**

<b>Atividades</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
Serviços	5.835	3.995	9.830
Comércio	3.585	1.984	5.569
Administração Pública	1.991	2.538	4.529
Indústria de Transformação	2.300	1.120	3.420
Agropecuária	1.972	82	2.054
Construção Civil	495	16	511
Extrativa Mineral	35	6	41
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3	0	3
<b>Total de empregos</b>	<b>16.216</b>	<b>9.741</b>	<b>25.957</b>

Fonte: RAIS/2009 - MTE.  
Elaboração da autora

<sup>13</sup> Boletim do CAGED disponível em: ([http://www.mte.gov.br/caged\\_mensal/actual/arquivos/ba.pdf](http://www.mte.gov.br/caged_mensal/actual/arquivos/ba.pdf)) Acesso em 28 de Fevereiro de 2011.

<sup>14</sup> Esses dados sobre o município pode ser encontrados no site do IBGE cidades que dispõe de inúmeras informações sobre o município. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Certamente, o emprego formalizado não revela o total de pessoas ocupadas, por isso cabe aqui uma distinção. Segundo Singer (1999), emprego pressupõe uma relação de assalariamento e ocupação que corresponde a toda atividade capaz de produzir um sustento, assim o emprego assalariado é um tipo de ocupação. Segundo divulgação do IBGE (sala de imprensa) <sup>15</sup> a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios revelou que:

“Em 2009, mais da metade da população ocupada (58,6%) era de empregados, 20,5% eram trabalhadores por conta própria, 7,8% trabalhadores domésticos, e os empregadores eram 4,3%. Os demais 8,8% eram trabalhadores não remunerados (4,6%), trabalhadores na produção para o próprio consumo (4,1%) e na construção para o próprio uso (0,1%)”.

Os trabalhadores por conta própria ocupam uma parcela significativa na população ocupada. Estes se encontram desprovidos devido à ausência de benefícios e a possibilidade de crédito. Além disso, o trabalhador não formalizado é impedido de gozar da rede de proteção social como seguro desemprego, fundo de garantia, auxílio doença, licença maternidade, férias, dentre outros. A Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) não assegura esse trabalhador.

A população pobre encontra dificuldades para se inserir no mercado formalizado que exige qualificação. Para se qualificar é necessário dispor de recursos. Uma vez que esse mercado é cada vez mais seletivo e excludente torna-se um mecanismo de reprodução da pobreza.

O Nordeste é a região com o maior número (18,7%),<sup>16</sup> de analfabetos do país quase o dobro da média nacional. Desse modo, a população pobre com menor escolaridade pode encontrar no “mercado informal” algum tipo de ocupação que lhe proporcione renda. Isso contribui para o desenvolvimento das atividades do circuito inferior. Apesar de ser considerado improdutivo e limitado, possibilita trabalho e renda aos habitantes do lugar.

Assim sendo, “o circuito inferior por sua capacidade de inchamento, intervém então para absorver o excesso de mão-de-obra” (SANTOS, 2004:255). Enquanto o centro do sistema moderno concentra capital, tecnologia e informação, outro subsistema se desenvolve. “À margem dos circuitos oficiais, uma multiplicidade de atores econômicos de porte modesto

---

<sup>15</sup> Acesso as informações pelo site:

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1708](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708) Acesso em 01 de Março de 2011.

<sup>16</sup> Esta informação corresponde a mesma pesquisa da PNAD 2009 disponível no site acima referenciado na nota de rodapé 9.

preenche os interstícios dos grandes negócios, preservando o espaço urbano como um território de cultura, vida e liberdade” (ARROYO, 2008:30).

De acordo com as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) referentes ao período de 2000 a 2010, o município contabilizou um saldo de 4.820 empregos formalizados (Tabela 4) em 10 anos. È um número pequeno se considerarmos que todos os anos uma massa de jovens tentam entrar no mercado de trabalho e tantos outros aguardam para ser recolocados.

**Tabela 4: Comportamento do emprego formalizado em Ilhéus de 2000 a 2010.**

<b>Ano</b>	<b>Admitidos</b>	<b>Desligados</b>	<b>Saldo</b>
2000	5.120	5.317	-197
2001	5.216	5.606	-390
2002	4.787	4.200	587
2003	5.682	5.213	469
2004	5.941	4.933	1.008
2005	6.416	5.396	1.020
2006	6.143	6.242	-99
2007	5.878	5.461	417
2008	6.714	6.503	211
2009	6.625	6.112	513
2010	8.166	6.885	1.281
<b>Total:</b>	<b>66.688</b>	<b>61.868</b>	<b>4.820</b>

Fonte: [http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona\\_uf\\_consulta.asp?uf=ba](http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?uf=ba)

Elaboração da autora

A questão da pobreza não pode ser vinculada apenas à baixa oferta de emprego formalizado. Ela configura-se como fenômeno social proveniente do sistema de acumulação capitalista. Não é apenas um problema local, é “uma pobreza estrutural globalizada” que sem dúvida é produzida politicamente pelas empresas e instituições globais (SANTOS, 2001:72).

A crescente internacionalização da economia brasileira, característica de período de globalização, vem desorganizando a vida no lugar. Revestido com aparência de “modernidade” e “desenvolvimento” contam com o apoio do poder público local. A construção das lojas Atacadão

*Carrefour* e *Makro* em Ilhéus representa bem o poder dos agentes hegemônicos e já dá indícios de prejuízos a pequenos proprietários de estabelecimentos comerciais<sup>17</sup>.

Há uma Multiplicação da pobreza produzida por agentes do circuito superior que não possuem compromisso com o lugar. Assim, o agente do circuito inferior precisa se “reinventar” para sobreviver no território. Cada agente possui força diferente, imprimindo usos diferenciados, porém dialéticos no território.

---

<sup>17</sup> Essa informação foi obtida em trabalho de campo. Comerciantes entrevistados relataram que clientes antigos preferem comprar nessas lojas (Atacadão e Makro) por praticar preços menores. Por trabalhar apenas com dinheiro líquido e serem grandes atacadistas podem oferecer seus produtos com menor custo ao consumidor.

## **PARTE II**

### **O CIRCUITO INFERIOR DA PESCA EM ILHÉUS**





## Os circuitos espaciais produtivos e os dois circuitos da economia urbana em Ilhéus

Devido à inserção da ciência e tecnologia no território, os fluxos econômicos ultrapassam antigos limites regionais, de maneira que “assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas” (SANTOS, 1988: 51). Devido à multiplicidade dos fixos e à intensidade dos fluxos que articulam os subespaços segundo uma lógica global, faz-se necessário falar em circuitos espaciais de produção, observando-se as especificidades de cada instância produtiva: produção, circulação, distribuição e consumo.

Segundo Marx (2007), a produção é sempre uma apropriação da natureza pelo indivíduo. O pescador se apropria do mar quando captura dele o pescado. No entanto, esta apropriação ocorre de maneira diferenciada entre os agentes dos circuitos da economia urbana. No circuito Inferior ela se realiza por meio do conhecimento empírico sobre os ventos, a maré, os cardumes. É a labuta diária que faz o pescador conhecedor do mar. Já, no circuito superior é através da tecnologia de pesca, ecosondas, radares, GPS (Sistema de Posicionamento Global) e piloto automático, tudo para facilitar a detecção e captura do pescado.

No entanto, a produção não se encerra com a captura. Para Marx (2007), a produção é imediatamente consumo. Assim, o ato de produzir envolve o ato de consumir simultaneamente. No circuito Inferior é necessário adquirir a isca, o gelo e o isopor, alimentação e em alguns casos o diesel - alguns pescadores desse circuito possuem estratégias para diminuir os custos com a pescaria, as quais serão discutidas no decorrer do texto. Para o circuito superior os custos são maiores, em razão dos lucros serem altos: isca, *diesel*, câmaras frigoríficas, salmoura (açúcar e metabisulfito de sódio), alimentação, gás, dentre outros.

A crescente evolução dos transportes, impulsionada pela necessidade de fluidez territorial, faz da circulação uma importante etapa do circuito produtivo. A circulação se efetiva através dos mais diversos meios: aeroportos, portos, estradas e meios de comunicação. No entanto, “as firmas mais poderosas agem mais eficazmente sobre o território pelo fato de que podem mais rapidamente colocar sua produção em pontos mais distante” (SANTOS, 2008:83). Isso ocorre com a indústria do motor de polpa *Yamaha*, utilizado nas embarcações de pesca em Ilhéus. O artefato é produzido na Zona Franca de Manaus, distribuído pela loja “Casa do Japonês”, em

Itabuna (cidade fronteira a Ilhéus), e consumido na produção do pescado. Assim, a circulação é um resultado da produção.

No período atual, o lugar relaciona-se com o mundo. Os circuitos espaciais produtivos podem usar o território em escala nacional e até mesmo, global. A modernização dos fluxos (circulação) provocou uma mudança no padrão de consumo. Historicamente, o consumo do pescado era privilégio das populações que moravam no entorno dos locais de pesca, hoje é uma possibilidade ao habitante mais longínquo. Segundo Martins (2006:61), “a produção localizada e a realização global da produção de alimentos em conservas contribuiu para formar complexas redes, envolvendo agentes sociais que, territorializados, criaram novas formas de produzir e consumir alimentos para garantir a reprodução da moderna sociedade capitalista”.

O agente do circuito inferior tem dificuldade para ultrapassar os limites regionais. No entanto, se abastece de fluxos nacionais e internacionais por meio dos circuitos espaciais produtivos que atingem a escala global, por sua capacidade de articulação entre as frações do espaço. Ambos atuam no urbano; a diferença reside na escala de abrangência. Hoje, “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que prescinde à circulação, mas é esta que conforma a produção” (SANTOS, 2006:186).

Segundo Marx (2007), a circulação é um momento determinado da troca e esta é muitas vezes a preparação final do consumo. O comércio do pescado envolve, em parte, a troca na produção. Os estabelecimentos que servem o pescado como refeição “produzem” o pescado, enquanto preparo do alimento, no próprio estabelecimento ocorre à troca com o cliente e, imediatamente, segue-se o consumo. De modo que todas as etapas do circuito produtivo estão imbricadas, dialeticamente.

No circuito inferior é comum que um mesmo agente atue em diversas etapas do circuito produtivo. O pescador captura o pescado (produção), comercializa parte desta (troca) e consome o que lhe resta (consumo).

Na análise do circuito espacial produtivo da pesca é necessário distinguir, entre os agentes econômicos, quem realiza a comercialização do pescado. A troca, assim como as outras fases, pode ser exercida por agentes do circuito inferior e superior. Em Ilhéus, ela ocorre desde o comércio à beira da praia até os frigoríficos. No circuito inferior, geralmente, a troca acontece

com base no dinheiro líquido e perpassa inúmeros agentes. O pescador comercializa sua produção com o atacadista ou passa sua produção diretamente ao varejista.

O resultado final da troca é o consumo. No momento em que este ocorre, volta-se ao ponto de partida. Segundo Marx (2007), o consumo é o motivador da produção. Essa produção não se refere apenas ao pescado, mas à todos os elementos que envolvem o circuito espacial produtivo, de modo que o espaço se reorganiza (fluxos e fixos) para atender uma determinada demanda. Essa organização ocorre numa escala que vai do local ao internacional, desta maneira, há uma integração entre os circuitos da economia urbana - a partir de seus agentes do circuito inferior e superior em cada fase do processo - com o circuito espacial produtivo.

Nesse sentido, nossa pesquisa aborda o circuito inferior da economia urbana em Ilhéus, tendo como variável-chave a produção do pescado. Esta é exercida por trabalhadores autônomos ou através de relações de trabalho em parcerias, que utilizam pequenas quantias de capital e meio de produção simples, com tecnologia e metodologia de captura pouco mecanizada e baseada em conhecimentos empíricos.

Para caracterizar a pesca em Ilhéus, faz-se necessário considerar as diversas atividades envolvidas na formação de um circuito espacial produtivo. Conforme Santos (1986:121 *apud* BARRIOS, 1978), os “circuitos de produção e acumulação se estruturam a partir de uma atividade produtiva definida como primária ou inicial” e ainda “compreendem uma série de fases ou escalões correspondentes ao consumo final”.

A organização social do espaço de Ilhéus pode ser analisada tendo como pressuposto a articulação em dois sistemas econômicos, um espacial, cuja escala ultrapassa a escala urbana – o circuito espacial produtivo – e outro urbano – os dois circuitos da economia urbana. Para explicitar os nexos entre estes dois sistemas econômicos, passaremos a analisar como cada uma das etapas destes circuitos se realiza no município de Ilhéus.



## Etapa da Produção

“Vinde ouvir a história [...]. E se ela não vos parecer bela, a culpa não é dos homens rudes que a narram. É que as ouviste da boca de um homem da terra, e, dificilmente um homem da terra entende o coração dos marinheiros” (AMADO, 2004:1)

A atividade da pesca em Ilhéus (BA) está presente em toda história do município e, no cotidiano atual, se apresenta relevante nas diversas formas de uso do território: produção propriamente dita, distribuição, comercialização e consumo. Em boa medida, a história desse subespaço do território brasileiro é marcada por estreitos nexos entre “espaço banal” (SANTOS, 2002) e atividade pesqueira.

Encontra-se em Ilhéus a pesca marinha costeira<sup>18</sup> (Figura 13) que pode ser dividida em dois segmentos: o circuito inferior – destinado ao suprimento alimentar de subsistência, podendo o excedente ser comercializado e efetuado através de métodos simples; e o circuito superior marginal - destinado à pesca comercial de médio porte: direcionada ao comércio e efetuada através de métodos mecanizados. Para o entendimento da produção<sup>19</sup> faz-se necessário analisar três elementos: capital, tecnologia e organização; estes foram essenciais nessa pesquisa para caracterizar os circuitos da economia quanto às embarcações, modalidades de pesca e organização do trabalho.

---

<sup>18</sup> A pesca marinha costeira é praticada pelo circuito inferior e superior marginal. No entanto, este último, também realiza a pesca oceânica que não possui a costa como referência podendo adentrar em águas mais distantes devido à existência de aparato tecnológico de navegação.

<sup>19</sup> O município de Ilhéus não dispõe de dados estatísticos que permitam analisar sua produção quanto ao volume de pescado produzido. Esta pesquisa buscou esses dados, no entanto não existe uma série histórica que comprove o crescimento ou declínio da produção. Os últimos dados publicados fazem a referência ao ano de 2006 que contabilizou 920,7 (t) que representou 2,1% da produção baiana de acordo com o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – CEPENE.

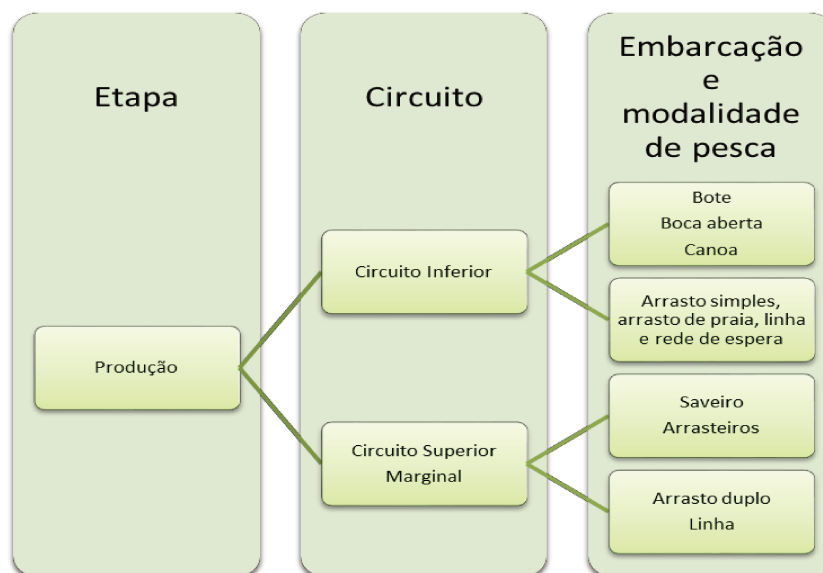


Figura 13: Esquema da produção do pescado em Ilhéus.  
 Fonte: Dados primários coletados em campo, 2010.

### Caracterização das embarcações de pesca sediada em Ilhéus

As embarcações de pesca diferem quanto ao material de fabricação, propulsão, capacidade de arqueação bruta (capacidade de armazenar gelo e pescado), porte, instrumentação tecnológica e potência do motor. Em reconhecimento da existência de dois circuitos pesqueiros atuantes em Ilhéus faz-se necessário caracterizá-los.

No circuito inferior as embarcações comumente são jangadas, canoas, botes e boca aberta. São confeccionadas em madeira e parte delas é feita pelos próprios pescadores como é o caso das jangadas e canoas. Quanto à propulsão, pode ser por remo, vela ou motor. O motor utilizado por este circuito é movido a *diesel*, com potência máxima de 20hp, o que corresponde a um motor simples de baixo desempenho. A fim de não onerar os custos da produção, o motor é utilizado quando o vento é contrário ao deslocamento, visto que a propulsão a remo e a vela ainda é utilizada nesse circuito. Na figura 14 é possível identificar o motor e a vela após o desembarque, de uma jangada, realizado em Ponta do Ramo, município de Ilhéus.



Figura 14: Desembarque pesqueiro  
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

A capacidade de arqueação bruta dessas embarcações é pequena. Uma canoa, por exemplo, tem capacidade para trazer a costa 300 Kg de pescado. A capacidade de carga pode variar de acordo com o tamanho da tripulação, quanto menor o número de homens na embarcação maior arqueação. Como não há câmara refrigerada o pescado é armazenado em muzuás (cestos). Muitos desses pescadores não compram gelo, fabricam a partir de garrafas *pet* cheias de água que são congelas em casa no dia anterior a pescaria.

As embarcações do tipo “Boca Aberta” (Figura 15), são botes grandes e largos, com maior capacidade de carga (em média 1.500 kg). Tais embarcações podem ser classificadas como de médio porte, enquanto canoas, botes e jangadas são considerados de pequeno porte. Nesse circuito, as embarcações não possuem nenhum grau de instrumentação tecnológica. A localização dos pescadores é feita a partir do conhecimento empírico. Como não possuem equipamentos de navegação utilizam a costa como referência, a partir de pontos elevados em terra como tores, prédios e igrejas. Caso se perca o contato com a costa é realizado por meio de celulares.



Figura 15: Embarcações tipo “Boca Aberta” na Prainha do Malhado, em Ilhéus-BA.  
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

A utilização do motor nas jangadas e o uso do telefone celular em mar aberto são alguns exemplos de mudança nesse circuito. Para Montenegro (2006:86) “no período atual amplia-se a possibilidade do uso das técnicas relativamente modernas, ainda que os objetos que cheguem a esse circuito já se encontrem relativamente “superados” pela produção acelerada de novos objetos e pela obsolescência planejada do circuito superior”. Segundo Santos (2004:39), este circuito não pode ser denominado tradicional por estar em processo de adaptação e transformação permanente.

No circuito superior marginal de Ilhéus, de modo geral as embarcações são do tipo saveiros<sup>20</sup> (Figura 16) e arrasteiros (Figura 17) barcos de médio a grande porte que variam ente 6 e 18m de comprimento e que possuem motor com potência de 50 a 250 HP, capacidade de arqueação de 2 a 7 toneladas (gelo e pescado). O gelo, geralmente, é comprado na colônia que utiliza como unidade de medida uma caixa plástica com capacidade de 20 Kg custando R\$ 5,00 a unidade.

---

<sup>20</sup> Os saveiros estão restritos a Bahia e se configuram como intermediários entre o circuito inferior e superior marginal. Possui instrumentos de navegação (





Figura 16: Saveiros utilizados na pesca de linha  
Fonte: Trabalho de campo, 2011.



Figura 17 : Arrasteiros equipados para Arrasto duplo de camarão em Ilhéus-BA.  
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Estudo realizado por pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz sobre a frota pesqueira motorizada de Ilhéus comprovou que em relação à instrumentação tecnológica, 29% das embarcações apresentam equipamentos para navegação, prospecção e comunicação e ainda, 19% das embarcações estão restritas ao uso de somente um tipo de instrumento e 27% não apresentam nenhum tipo de instrumentação tecnológica (BARBOZA-FILHO & CETRA 2007:8).

**Tabela 5 – Grau de instrumentação tecnológica das embarcações sediadas em Ilhéus – Bahia.**

<b>Instrumentos</b>	<b>Número de embarcações</b>
Inexistente	27
Bússola	13
Rádio	5
Sonda	1
Rádio e Bússola	8
Rádio e Bússola e sonda	6
Rádio e Bússola e sonda e GPS	29
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: BARBOZA-FILHO & CETRA 2007. Elaboração da autora.

Segundo o Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado da Bahia realizado pelo CEPENE (2006:258) foi catalogado um total de 233 embarcações de pesca em Ilhéus com a seguinte tipologia: bote à remo (3); canoa à remo (48); bote motorizado (conhecido em Ilhéus como boca aberta (5) e saveiro (177), totalizando 2% da frota baiana. Considerando os dados de 1975 da CEPLAC, conclui-se que houve uma motorização da frota, visto que até a década de 70, apenas 10% da frota era motorizada. Contudo, o trabalho de campo revelou que existe uma frota considerável de jangadas que não foi mencionada no monitoramento feito CEPENE.

Os meios de produção diferem a economia urbana da pesca em dois circuitos quanto ao capital e tecnologia. No entanto, podemos assegurar que o circuito superior marginal da pesca em Ilhéus não é altamente moderno e organizado. Assim, apesar das disparidades entre os circuitos não há em Ilhéus um circuito de pesca que de fato seja industrial como nos estados Sul e Sudeste do Brasil.

### Caracterização dos petrechos: modalidades de pesca

Para capturar o pescado, torna-se necessário a utilização de objetos que auxiliem a pescaria, a esses, os pescadores denominam petrechos. Assim pode-se afirmar que a modalidade de pesca é a técnica de utilização do petrecho. Segundo Diegues (2004), existem petrechos fixos e móveis que diferenciam as técnicas de pesca. Nos fixos, se espera e nos móveis, se persegue o pescado. Em Ilhéus, temos a rede feiticeira ou rede espera (fixo) e a rede de arrasto (móvel). Temos assim um mesmo petrecho, a rede, mas utilizada de maneiras diferentes. Assim, a espera e o arrasto são modalidades diferenciadas.

As redes diferenciam-se por seu comprimento, forma, e tamanho da malha (medida interna dos nós ou ângulos opostos de cada abertura da rede). O tamanho da malha é escolhido de acordo com a espécie alvo que em alguns casos denomina a rede. São as tainheiras (pesca da tainha), pescadeira (captura da pescada) e atuneira (pesca do atum). Quanto menor for a malha, menor o pescado capturado. As redes são utilizadas por embarcações motorizadas de maior potência que atuam em mar aberto, outras são utilizadas em águas rasas na beira da praia, e ainda, a poucos metros da costa por embarcação simples tracionas pela força humana.

A rede e a embarcação tornam-se elementos de distinção entre os circuitos da pesca em Ilhéus. Com base na teoria dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 2004) e no processo evolutivo das técnicas e dos instrumentos artificiais (SANTOS, 1996:112), podemos considerar que no circuito inferior a rede torna-se a ferramenta “movida pela força do homem, inteiramente sob o seu controle”, no circuito superior marginal é a rede mais a embarcação motorizada de maior potência que juntas formam “um conjunto de ferramentas que exige uma energia não – humana”. Esses elementos implicam diretamente na produção quanto à tipologia e quantidade de pescado capturado.

Essa distinção pode ser averiguada em duas artes de pesca recorrentes em Ilhéus. O calão, conhecido com arrasto de praia (Figura 18) é realizada utilizando-se embarcação tipo canoa de 6 a 10 metros. Uma extremidade da rede é presa na praia e a outra é levada pela canoa para cercar o cardume, e depois é puxada para praia. Essas redes podem chegar a 300m e mobilizar até 8 homens. É eficiente na captura de corvinas e tainhas, no entanto boa parte da captura consiste em lixo e vegetação. Esta modalidade de pesca, própria dos pescadores do circuito inferior, está presente nas comunidades do Malhado e São Miguel.

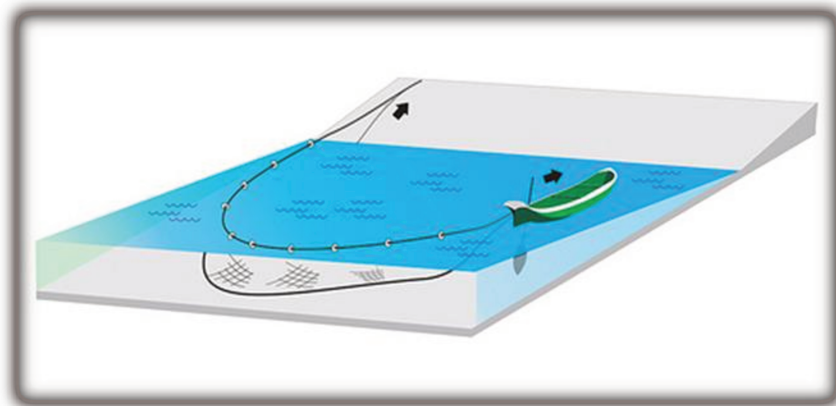


Figura 18: Arrasto de praia ou calão  
Fonte: REBIMAR<sup>21</sup>

Outra modalidade de captura com rede é o arrasto (Figura 19) de fundo ou arrastão. Essa prática é realizada por embarcação tipo saveiro de potência de 50 a 250HP (em outras localidades, encontra-se embarcações de maior potência realizando o arrasto) com guinchos para içar as redes. Estas possuem o formato de funil e podem ser divididas em três partes: manga, corpo e saco, a malha varia de 40 a 60 mm e abrigam, em média, 4 tripulantes.

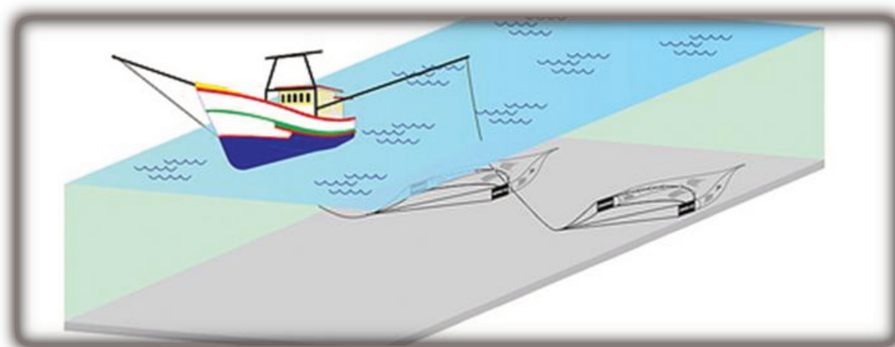


Figura 19: Pesca de arrasto duplo  
Fonte: REBIMAR

---

<sup>21</sup> As figuras 18,19, 20 e 21 foram obtidas no site do Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha REBIMAR. Disponível em: < <http://marbrasil.org/home/detalhes/3156/Modalidades-de-Pesca>>. Acesso em 12 de julho de 2011. As ilustrações dão de autoria de José Carlos da Fonseca Neto.

Esta modalidade de pesca é própria do circuito superior marginal, embora exista o arrasto do circuito inferior (Figura 20) com baleeira, bote motorizado, ou saveiro pequeno e uma pequena rede. Devido o pequeno porte da embarcação, ela não suporta a estrutura de aço para içar as redes, como no arrasto convencional. O arrasto promovido pelo circuito inferior é uma “imitação” do superior marginal. Em Ilhéus, o arrasto destina-se, quase em sua totalidade, à captura de camarões.

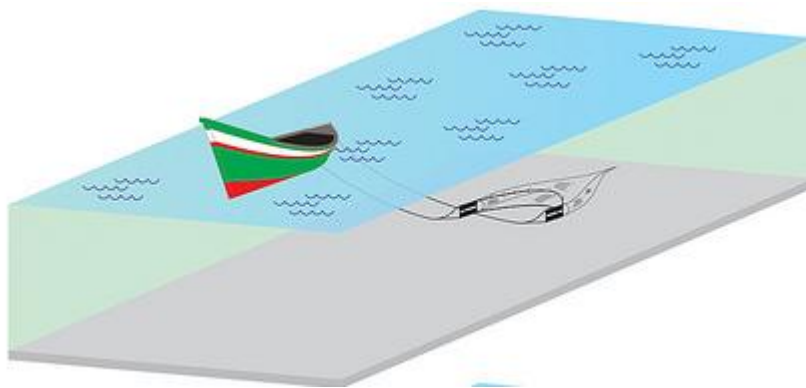


Figura 20: Pesca de arrasto simples  
Fonte: REBIMAR

Utilizando-se ainda o petrecho rede, temos a modalidade rede de espera (Figura 21), também conhecida como caceio ou rede de emalhar. Uma rede retangular chumbada é disposta a deriva, fixada ou não, nos locais de passagem de cardume, geralmente bem próximo a costa. Nesta pescaria utilizam-se bóias e bandeiras (petrechos) para sinalização das mesmas. Seu objetivo é emalhar o pescado (geralmente a corvina, cavalas e tainhas) durante o processo de enchente e vazante da maré. Com apenas dois homens é possível praticar essa modalidade de pesca.

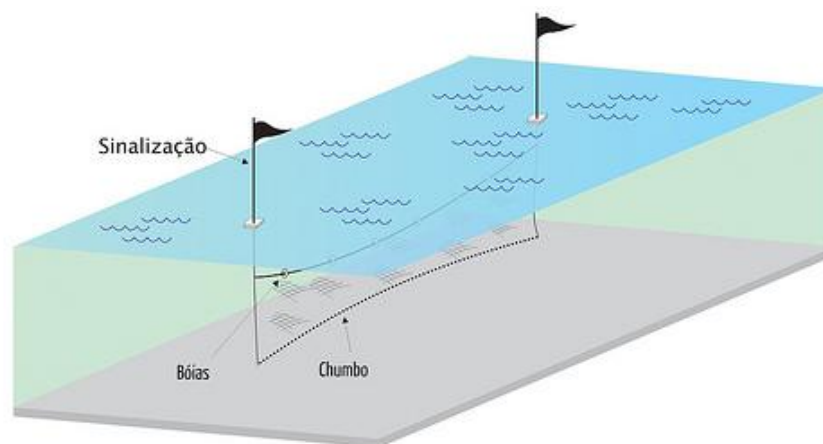


Figura 21: Rede de espera  
Fonte: REBIMAR

A pesca com rede é muito comum no circuito inferior. A modalidade que envolve esse petrecho, no geral, não necessita de embarcação e quando o fazem não é de grande porte. Soma-se a isso o fato de não haver despesas com iscas. A manutenção das redes é feita pelo pescador e os petrechos adquiridos para pescaria são duráveis como as bóias e chumbo.

A pesca de linha é frequente nos dois circuitos, sendo a pesca predominante em Ilhéus. Pode ser classificada como: linha de fundo, superfície (referente à profundidade), espinhel e linha de mão (referente à quantidade de anzóis). Na pesca feita com espinhel o pescador adiciona vários anzóis a linha. Em Ilhéus, a pesca com vara e linha é mais comum na pesca esportiva, isso porque a pesca com vara encarece a atividade, pois é necessária a adição de outros petrechos como molinete ou carretilha.

A pesca com linha de mão utiliza poucos petrechos, tais como linha, anzol, isca e chumbada (para pesca de fundo). Essa modalidade possibilita o trabalho com baixo custo operacional e a obtenção de espécies de grande aceitação no mercado. No entanto, existe uma sobreposição dos circuitos nessa modalidade. Pescadores do circuito inferior e superior marginal pescam com regularidade nos mesmos pesqueiros (locais de agregação dos cardumes), estabelecendo uma relação de concorrência. A maior incidência de pesca de linha de mão dá-se em profundidades de 30 a 60m, possibilitando a atuação das frotas dos dois circuitos.

Segundo relato dos pescadores, para esta pesquisa, “o pescado tem diminuído na beira do mar” pela atuação constante do circuito inferior, limitado pela precariedade das embarcações, e



pela ação dos “grandes” como é denominado o circuito superior marginal. Estes efetuam as pescarias em profundidade de 30 a 200 metros. O pescado de maior valor comercial (vermelho e dourado) encontra-se em áreas mais distantes e profundas da costa.

Enquanto os pescadores do circuito inferior ficam restritos a Ilhéus, os pescadores do circuito superior marginal possuem uma área de atuação geográfica abrangente que corresponde aos municípios de: Canavieiras, Belmonte, Itacaré, Serra Grande, Ilha de Comandatuba e Barra grade. Embora utilizem petrechos semelhantes na pesca de linha (em termos de captura do pescado) diferem quanto à embarcação e o capital empregado.

Na pesca do circuito inferior, identificamos diversos petrechos após o acompanhamento de um desembarque em Ponta do Ramo, zona norte de Ilhéus (Figura 22 e 23).



Figura 22 e 23: Desembaque pesqueiro  
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

As imagens mostram os principais apetrechos da pescaria do circuito inferior: (1) tanque com diesel para motor; (2) Linha de pesca; (3) A corda da “pocha”, do ferro, que ancora a embarcação; (4) Samburá, cesto que serve de recipiente para armazenar os peixes; (5) Garrafa térmica e o casaco de frio que permitem a pernoite em mar aberto e (6) a produção, o pescado capturado na noite de trabalho.

Outro elemento diferenciador da pesca com rede para pesca de linha é a isca. No município de Ilhéus, é comum o uso do camarão e da sardinha como isca nas pescarias, por atrair peixes de várias espécies como “vermelhos” e “robalos”. O camarão, quando vivo, é preso pela serrilha (chifre) de forma que permaneça vivo e se debata na água para atrair o peixe. A isca viva ou fresca proporciona maior produtividade. Os peixes menores também são utilizados como isca.

No entanto, o preço das iscas elevam o custos com a atividade. O preço elevado da sardinha, na opinião dos pescadores, se justifica por não ser capturada<sup>22</sup> na região sendo provenientes das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Quanto ao camarão, sua captura é efetuada no litoral de Ilhéus, entretanto, é realizado por barcos “*arrasteiros*” da pesca mecanizada, o que onera os preços. Ou seja, aqui encontramos um elo fundamental, um nexos econômico, entre o circuito superior marginal e o circuito inferior da pesca em Ilhéus. Se por um lado os pescadores precisam do circuito superior marginal para um tipo de pesca, por outro o circuito superior tem no inferior um importante consumidor de sua produção.

Uma das estratégias utilizadas pelo circuito inferior é a confecção de iscas artificiais a partir de sacolas plásticas, consistem em pequenas “vassouras” que com o balanço da água atrai o peixe. Barcos de pesca do circuito superior marginal que trabalham com modalidade mista (várias artes de pesca) efetuam o arrasto para obter camarão e peixes menores após a captura avançam mar a fora na pesca de linha. São com as melhores iscas que se efetuam pescarias mais rentáveis.

Para minizar os custos com a pesca, os pescadores do circuito inferior criam suas próprias “leis de mercado”, como é o caso do anzol; o vendedor <sup>23</sup> deve vender dois anzóis pelo preço de um, a isso eles denominam “parada”. Nas pescas com linha, a numeração dos anzóis variam de 0 a 8 sendo, que quanto menor o número do anzol, maior seu tamanho e a espécie capturada. Os pescadores desse circuito também recebem alguns descontos na aquisição de material para pesca, como o chumbo que custa R\$10,60, o quilo. Para a pesca especializada ou esportiva o chumbo é vendido a R\$ 12,50. Parte desse desconto se justifica pela forma de pagamento que quase na totalidade, é feito em dinheiro, visto que os pescadores não costumam possuir cartões de crédito e/ou talão de cheques. Apesar da atividade ser realizada em grupo, as compras de petrechos ocorre individualmente, salvo em caso de famílias que possuem diversos membros na atividade pesqueira.

---

<sup>22</sup> A captura de sardinha no litoral ilheense é pequena. A espécie encontrada aqui é de menor comprimento ( e quantidade) que as produzidas no Sul do Brasil. Segundo os pescadores o clima quente não proporciona o desenvolvimento da espécie.

<sup>23</sup> Essa pesquisa entrevistou o proprietário da casa de artigos de pesca Dedal que possui duas das quatro lojas existentes em Ilhéus. Segundo o proprietário o comércio de petrechos ainda se mantém no município por meio do consumo da pesca esportiva e especializada, visto que os pescadores do circuito inferior consomem poucos materiais.



## A organização do trabalho nas pescarias

A pesca do circuito inferior utiliza-se de capitais reduzidos, trabalho intensivo e uma precária organização burocrática do trabalho. Não há uma divisão nítida do mesmo. Uma canoa a remo parte da Prainha do Malhado com três pescadores, todos terão as mesmas tarefas, ocasionalmente um ou outro ficará responsável por levantar a vela e lançar o ferro. A mão-de-obra nas pescarias não é formalizada. No circuito superior marginal existe uma divisão do trabalho: armador (quem providencia todo o material necessário à pescaria), mestre, cozinheiro e pescadores. Neste circuito, a remuneração é feita por meio de contratos temporários.

O trabalho na pesca pode ser autônomo, familiar ou através de parceiros. O pescador que não possui embarcação, geralmente, estabelece uma parceria com o circuito superior marginal. Loureiro (1985:17) analisa o sistema de parceria na pesca da Amazônia que se assemelha à pesca de Ilhéus:

“a parceria está fundada numa relação distributiva desigual do produto da pesca entre o proprietário dos meios de produção e os parceiros... É na situação de não proprietários que os parceiros da pesca proporcionam aos proprietários as condições de reprodução destes, ao mesmo tempo em que petrificam suas próprias condições de reprodução enquanto produtores diretos e parceiros despossuídos”.

A jornada de trabalho é condicionada por fatores ambientais (vento e maré), biológicos (hábitos de cada espécie) e econômicos (as condições da embarcação ditam o tempo de permanência no mar). No verão, as pescarias são mais intensas e rentáveis que no inverno. As saídas ao mar podem ocorrer no nascer do sol, com retorno até 16h é o “bate e volta”. No entanto, outros pescadores preferem sair “na boquinha da noite” e voltar pela manhã do dia seguinte, antes do meio dia. Boa parte das embarcações do circuito inferior não possibilitam permanência no mar, por não possuir cabine, casaria, e local adequado de estocagem do gelo e do pescado. No circuito superior marginal, os pescadores permanecem de 8 a 15 dias no mar, depois retornam à terra firme e esperam um novo contrato ou convocação de saída.

Para efetivação da produção é preciso “armar” a embarcação, prepara-lá com o material necessário à pescaria. O pescador do circuito inferior pode gastar, por saída ao mar, até R\$ 20,00. Neste orçamento está incluso isca, petrechos, combustível e rancho (alimentação). Uma embarcação de pesca de linha do circuito superior marginal pode ter despesas que variam entre R\$1.000,00 e R\$6.000,00, a depender do número de dias que a equipe permanece no mar. Parte das despesas está associada aos petrechos, combustível, iscas, alimentação e pagamento

adiantado aos tripulantes. As embarcações possuem casaria que permite a troca de turnos para o descanso a noite e, abrigo nas tempestades.

Na pesca, praticada por agentes do circuito inferior, é comum a fabricação de apetrechos (redes, vela, isca artificial), limpeza e comercialização do pescado para minimizar os custos, pois os ganhos com a pesca são baixos. Os pescadores deste circuito participam em mais de uma etapa da produção.

Como vimos anteriormente, os pescadores do circuito inferior encontram dificuldades na realização da atividade. Embora o litoral Ilheense possua uma grande variedade de espécies que podem ser capturadas com as mais diversas modalidades de pesca (Quadro 1), o pescador desse circuito está restrito às águas costeiras, devido a falta de capital e tecnologia necessários, à produção.

**Quadro 1 - Caracterização da pesca e dos recursos pesqueiros no município de Ilhéus.**

<b>Arte de pesca</b>	<b>Isca</b>	<b>Espécies</b>
Arrasto; arrasto de praia; linha; rede de espera.	Camarão; sardinha; peixes menores; artificial.	Lagosta; cavala; peroá, camarão; vermelho; badejo; dourado; corvina; cioba; robalo; manjuba; etc.

Fonte: Dados primários coletados em trabalho de campo, 2010.

No circuito inferior, emprega-se a técnica, por não dispor do aparato tecnológico. Esta é posta em prática a partir do conhecimento tradicional dos pescadores na localização dos pesqueiros, dos hábitos das espécies que serão capturadas, do domínio da modalidade de pesca e das estratégias de sobrevivência, tanto no mar como em terra. O território fornece abrigo aos atores não-hegemônicos, por coexistir em atividades distintas, quanto ao grau de organização, capital e tecnologia. E “assim contam na beira do cais” (AMADO, 2004:257)

## Etapa da Circulação

O intenso processo de globalização vivenciada nas últimas décadas fez surgir uma “crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções”. De maneira que, para alcançarmos o entendimento do lugar “temos que falar de circuitos espaciais da produção”, sendo a circulação o segundo passo a ser analisado (SANTOS, 1988:17).

No circuito superior a escala geográfica de atuação das empresas é global. Já no circuito inferior, a circulação se realiza de forma precária ou por meio de associação com o circuito superior marginal que segundo Santos (2009c: 94). “trabalha segundo parâmetros modernos, o que o aproxima do circuito superior, mas é em grande parte, resposta às necessidades de consumo localmente induzidas, o que o aproxima do circuito inferior”.

Cada circuito possui características peculiares, todavia, como afirma Santos (2004), não há dualismo econômico na totalidade da cidade, existem vasos comunicantes entre os dois circuitos. O pescado produzido por pescadores do circuito inferior em Ilhéus é transportado pelo circuito superior marginal para capital Salvador e outros estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo) para ser beneficiado pelo circuito superior.

Em entrevista ao Canal Rural,<sup>24</sup> o presidente da Bahia Pesca, Sr. Isaac Albagli afirma:

A situação da logística do pescado na região é uma logística sem lógica. Hoje nós não temos uma situação que nos dê conforto. O peixe é baiano, mas não tira carteira de identidade na Bahia. Na medida em que ele é descarregado no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, ele não entra na estatística da Bahia. Peixes de qualidade são pescados aqui e vão para o sul do país para serem beneficiados no Espírito Santo e no Rio, às vezes em Santa Catarina, e volta para a Bahia. Tem peixe baiano que vai para outros Estados para ser beneficiado e volta para ser consumido aqui. O principal exemplo é o badejo. É o peixe mais utilizado para a moqueca. (CANAL RURAL, 2010).

Apesar da modernização dos fluxos e fixos incorporados ao território o circuito inferior não participa do movimento de “tempos rápidos dominantes ou tempos hegemônicos”

---

<sup>24</sup> Esta entrevista faz parte do documentário “Na estrada” produzido pelo Canal Rural que investigou a logística do pescado em diversos Estados. Entre eles, a Bahia e o município de Ilhéus. Disponível em <<http://wp.canalrural.com.br/naestrada/culturas/pescado/>> Acesso em 12 de Dezembro de 2010.

permanecem em “tempos mais lentos e hegemônicos” resultado de uma modernização seletiva do território (SANTOS, 2009 c:95). O pescado, por ser um produto que exige refrigeração (caminhões e câmaras frias), encontra enclaves para livre circulação devido à ausência de capital no circuito inferior.

Os equipamentos modernos instalados no território servem ao circuito superior e ao circuito superior marginal que dispõe de capital e tecnologia voltadas para pesca industrial. Esta por sua vez, possui interesse restrito a espécies dirigidas ao mercado externo ou aquelas com grandes volumes para industrialização e mercado interno nacional. Ao discutir sobre os usos do território brasileiro, Arroyo (2003:428) ratifica que “é bastante frequente ouvir, no discurso oficial dos governantes Latino-americanos, palavras sobre a importância do comércio exterior como saída para crise econômica, como veículo para resolver os problemas nacionais (e mesmo locais)”.

Os investimentos do Estado (seja em qualquer fase do Circuito Espacial Produtivo) é majoritariamente direcionados às grandes empresas que trabalham na captura ou beneficiamento do pescado. Visto que, os agentes do circuito inferior encontram dificuldades em construir rede de relações eficientes para circulação do produto. Para Martins (2006:111):

“O Estado brasileiro organizou e implantou normatizações que previam o incentivo setorial, centrando seus recursos na constituição ou no reforço de grandes empresas que estavam situadas em pontos determinados do território: onde havia certa tradição de produtores e consumidores de pescado processado industrialmente e a matéria-prima estava concentrada no litoral Sudeste-Sul. O território também foi um elemento ativo da formação da política de Estado que não levava em conta a possibilidade da existência e da criação de fontes e redes não formais”.

Investimentos pontuais, setoriais, são características dos países subdesenvolvidos onde o espaço de exercício do circuito inferior é “fracionado”, “descontínuo” e “incompletamente organizado”. Pode-se afirmar que o espaço “divide-se” em duas zonas. Uma onde “o capital acumulado pode permitir uma exploração tecnicamente superior”; na outra, “os meios rudimentares são os únicos a disposição de uma mão-de-obra desprovida de dinheiro” (SANTOS, 2009a: 126).

Os agentes da circulação do pescado no município de Ilhéus não são transportadores, mas comerciantes da pesca. Não existe um agente que efetue apenas a circulação. Assim, a relação se

dá entre pescador e comerciante. O pescador espera pelo comerciante, isso favorece a ação dos atravessadores que adquire o pescado a preços baixos revendendo o produto a estabelecimentos comerciais. Isso impossibilita ao pescador agregar mais valor a sua produção por não possuir os meios adequados para fazer a entrega do produto diretamente no estabelecimento comercial. Esta etapa do circuito produtivo da pesca em Ilhéus apresenta uma deficiência estrutural devido à ausência de meios de transporte adequado (caminhões frigoríficos) para condução e conservação do produto.

As entrevistas realizadas comprovaram que em alguns casos o atravessador é um pescador-vendedor mais capitalizado que possui veículo próprio refrigerador para armazenar o pescado que será negociado posteriormente. Pescadores que não são filiados a colônia repassam a produção ao atravessador conhecido do grupo. No entanto, o atravessador ou dono de estabelecimento comercial seleciona o pescado que será adquirido, podendo o restante ser comercializado pelo próprio pescador.

Os agentes do circuito inferior transportam o pescado até o local de comercialização por meio de bicicletas (Figura 23), veículos fretados, ônibus interurbano. Munidos de gelo e isopor atravessam o município e às vezes até os limites municipais. Outros recebem o produto direto da Colônia e pagam o “carrego” (frete realizado por carrinho de mão) até a feira do peixe ou a Central de Abastecimento do Malhado. É comum a associação em grupos (de comerciantes) para dividir os custos com o transporte.



Figura 24: Circulação da produção no circuito inferior da economia  
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

A colônia de pescadores<sup>25</sup> é um importante agente de circulação do pescado produzido pelo circuito inferior. Foi entrevistado nesta pesquisa, o assessor administrativo da colônia Z 34 no bairro Malhado. Sua atuação<sup>26</sup> estende-se a 22 municípios do estado, contudo, no que se refere à circulação, restringi-se ao limite municipal. Essa colônia possui um caminhão baú (Figura 25) que não possui câmara frigorífica para condicionar o pescado. Assim, para que a circulação do pescado seja efetivada com sucesso, o caminhão é carregado com caixas de gelo (produzido na colônia), visando a conservação do produto. O caminhão da colônia pega o pescado diretamente com pescador, nos entrepostos de pesca do município, sendo este, o mecanismo mais sofisticado de circulação do circuito inferior da pesca, em Ilhéus.



Figura 25: Caminhão de circulação do pescado  
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

---

<sup>25</sup> Em Ilhéus há um caso atípico, são duas colônias atuantes no município, a saber, Z19 e Z 34. No entanto, a legislação só permite apenas uma. Quando a lei foi criada (1988), as colônias já estavam estabelecidas desde o início do século XX, prevalecendo o princípio da anterioridade.

<sup>26</sup> As colônias atuam como órgão de classes de trabalhadores do circuito inferior da pesca, tem a função de defender os direitos e interesses da categoria como: seguro defeso, auxílio doença, filiação ao ministério do trabalho como pescador profissional, representação em comitês, fóruns e assembléias. A taxa de inscrição e de R\$ 20,00 e a mensalidade é de R\$ 10,00.



A colônia Z19 do Pontal não possui meios próprios para circulação do pescado. Contudo, sua localização privilegiada - na baía do Pontal zona sul de Ilhéus - permite que os barcos atracuem diretamente na colônia. Toda (Figura 26) circulação externa é realizada mediante o fretamento de veículos com gelo e isopor. É o caso dos pescadores dos municípios vizinhos que trazem o pescado para esta colônia. A colônia Z19 não exporta o pescado em escala nacional, seu raio de atuação se restringe ao município, a região (em pequena escala) e Salvador, capital do Estado, distante 460 km de Ilhéus.



Figura 26: Vista parcial do atracadouro de Colônia Z19  
Responsável: Carlos Maia

Segundo o presidente da colônia de pesca Z19, Sr. Leonardo, a colônia tem buscado junto ao Ministério da Pesca, via edital, equipar a colônia com câmaras frigoríficas e caminhão refrigerado. No entanto, para adquirir tais bens é necessário vencer a concorrência nacional nesses editais. E, apesar de dispor de recursos humanos (pescadores) e naturais (pescado) a não dispõe de capital para manter a circulação sua produção.

Embora a Bahia tenha alcançado uma posição relevante na produção pescado, ocupando a 3ª posição no *ranking* nacional, enfrenta condições desfavoráveis em todas as etapas da produção. Mesmo com a presença de destacada tecnificação do território baiano que viabiliza sua fluidez, o circuito inferior, por suas singularidades de organização, capital e tecnologia, é “prisioneiro” dos espaços intraurbanos.



## Etapa da Troca

A distribuição baseia-se no comércio de mercadorias e “para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (MARX, 1996:170). Pode-se afirmar que “a frequência das trocas aumenta a rapidez das transações e, por isso mesmo, multiplica a formação dos lucros, qualquer que seja seu volume” (SANTOS, 2004: 252).

Na escala nacional, o comércio de pescado apresenta-se desfavorável por importar mais do que consegue exportar, embora a produção esteja crescendo (maior parte do crescimento deve-se a aquicultura) com mais um milhão de toneladas por ano e gerando um PIB (Produto Interno Bruto) pesqueiro de 5 bilhões por ano<sup>27</sup>. Entre os principais compradores estão os Estados Unidos, França, Espanha e Japão. O relatório “Balança comercial do pescado<sup>28</sup>” publicado em 2010, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura com base no ano 2009 constatou que:

Por categoria de produtos, em 2009, a exportação de pescado brasileiro somou US\$ 169 milhões, destacando-se as vendas de crustáceos com US\$ 82 milhões (49%), seguido de US\$ 45 milhões em peixes congelados (27%) e de US\$ 21 milhões em peixes frescos (13%). Em volume, a ordem decrescente é: peixes congelados com 14 mil toneladas (48%), crustáceos com 8 mil toneladas (29%) e peixes frescos com 4 mil toneladas (16%). Na importação, destacam-se, em termos financeiros, as compras de peixes congelados com US\$ 317 milhões (46%), seguido de peixes secos com US\$ 214 milhões (31%) e de US\$ 144 milhões em peixes frescos (21%). Quanto ao volume, na importação, a ordem decrescente é a mesma: peixes congelados, com 153 mil toneladas (67%), peixes secos com 38 mil toneladas (17%) e peixes frescos com 33 mil toneladas (15%).

A produção ainda insuficiente decorre da precariedade dos meios de captura, da insuficiente articulação entre as etapas do circuito espacial produtivo (produção, circulação, distribuição e consumo) e da falta de envolvimento do poder público com os agentes do circuito inferior, responsável por cerca de 60% da pesca nacional.

Após a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em 2009 o setor pesqueiro tem recebido maior atenção. Entre os planos estabelecidos pelo ministério está o “Mais Pesca e

---

<sup>27</sup> Dados do Ministério da Pesca e Aquicultura em 2008, divulgação em Cartilha. Disponível em: <[http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/planos\\_e\\_politicas/docs/Plano%20Mais%20Pesca%20e%20Aquicultura.pdf](http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/planos_e_politicas/docs/Plano%20Mais%20Pesca%20e%20Aquicultura.pdf)> Acesso em Novembro de 2010.

<sup>28</sup> O relatório está disponível em: < [ftp://ftp.sp.gov.br/ftpcesca/bal\\_comer\\_pesc09.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/ftpcesca/bal_comer_pesc09.pdf)>. Acesso em Novembro de 2010.

Aquicultura”, que tem como desafio “a garantia do aumento e a regularidade da oferta, renda aos pescadores e aquicultores e qualidade e preço acessível aos consumidores. Prevêem investimentos importantes, visando superar os entraves para o desenvolvimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro brasileiro”<sup>29</sup>. Entretanto, os planos e políticas governamentais são, em grande medida, destinados às grandes empresas, não atendendo aos agentes do circuito inferior da pesca.

A trajetória da comercialização do pescado (Figura 27) apresenta uma topologia, onde, em cada ponto do circuito espacial produtivo se encontram comerciantes variados, atacadistas e varejistas. Nos locais onde o pescado é capturado, temos desde a venda do pescado *in natura* até pratos acabados, inclusive para manutenção da vida de relações local que inclui a atividade turística. Aludiremos a alguns desses agentes que contribuem com a configuração espacial da pesca no município de Ilhéus.

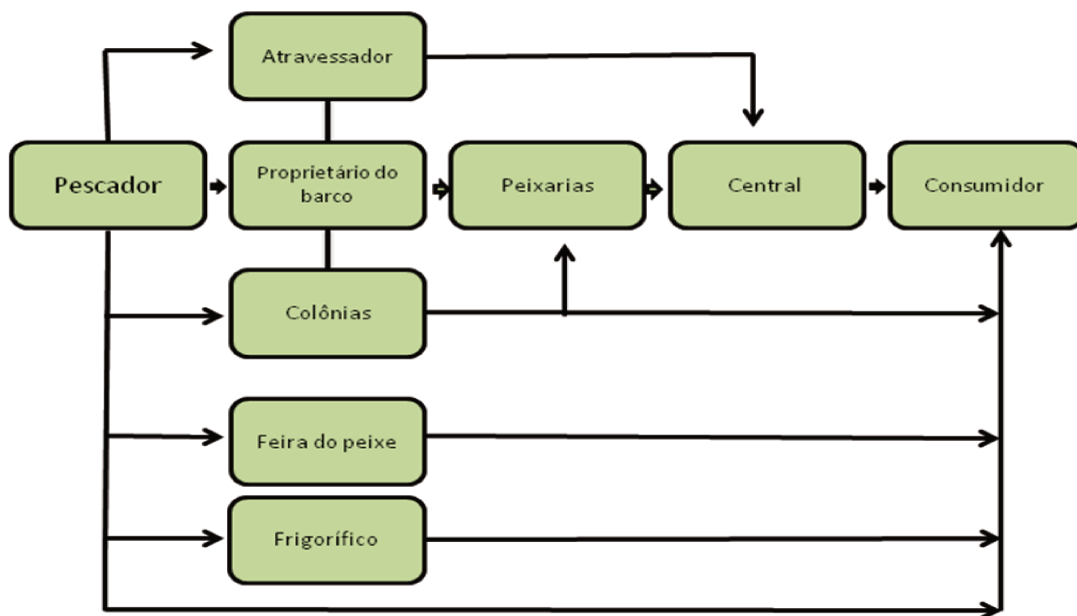


Figura 27: Trajetória da comercialização do pescado em Ilhéus - BA.  
 Fonte: Dados primários obtidos em trabalho de campo, 2011.

<sup>29</sup> Diretrizes do Ministério da Pesca e Aquicultura na página de apresentação do projeto “Mais Pesca e Aquicultura” no site do Ministério. Disponível em: <[http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/planos\\_e\\_politicas/docs/Plano%20Mais%20Pesca%20e%20Aqui cultura.pdf](http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/planos_e_politicas/docs/Plano%20Mais%20Pesca%20e%20Aqui cultura.pdf)> Acesso em Novembro de 2010.

## A feira do peixe

Localizada no centro de Ilhéus, a feira do peixe comercializa uma grande diversidade de pescado: “vermelho”, “pescada”, “chicharro”, camarão, “corvina”, dentre outros, sendo que a comercialização é feita em dinheiro, sem a intermediação do sistema financeiro, a partir de máquinas de cartão de crédito. E como nesse circuito inferior tudo se transforma, as embalagens são sacolas plásticas reutilizadas, um pedaço de madeira ou caixote se transforma em mesa, ali tudo é improvisado (Figura 28 e 29). Alguns vendedores não possuem balança para aferir o peso do pescado, a venda é feita por unidade ou por “corda” (peixes de menor valor comercial são presos numa corda e vendidos em quantidades maiores).



Figura 28 e 29: Feira do peixe no centro de Ilhéus  
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

A mesma forma de comercialização acontece na praia do Malhado (Figura 30), quando os pescadores vendem a produção diária no final da tarde. É um ponto de venda bastante antigo, onde transeuntes compram o pescado a preços mais baixos do que em outros locais. Devido à inexistência de refrigeração e à necessidade de dinheiro líquido, todo pescado é comercializado em menos de 3 horas.



Figura 30: Comercialização na praia do Malhado.  
Fonte: Trabalho de campo, 2010.

Segundo Santos (2004: 248 - 249) “O vendedor procura escoar o mais depressa possível as mercadorias perecíveis. O produto será então oferecido ao que se poderia chamar de preço de ocasião”. Os preços do pescado também variam conforme a época do ano (são mais altos na semana santa e no inverno). No primeiro caso por aumentar a demanda e no segundo, por diminuir a oferta. No circuito inferior as relações com a clientela é direta, de modo que facilita a pechincha um ajustamento entre cliente e comerciante.

### Peixarias do centro da cidade

A partir de entrevistas com proprietários de peixarias, descobrimos que alguns deles também possuem embarcações. Por serem donos do meio de produção, metade do pescado fica com o proprietário que comercializa o produto em seus estabelecimentos. A pesca funciona como uma extensão de um longo circuito espacial produtivo que se realiza em terra.

As atividades comerciais praticadas nas peixarias diferem daquelas praticadas na feira (Quadro 2): o emprego é formalizado, utiliza-se máquinas para fatiar o pescado, possuem câmaras frigoríficas para armazenamento e telefone fixo, as instalações passam por inspeção sanitária, realizam publicidade, têm embalagens apropriadas e realizam venda a crédito.

**Quadro 2: Diferenças percebidas na comercialização entre a feira e peixaria**

<b>Itens</b>	<b>Feira</b>	<b>Peixaria</b>
Embalagem	Reutilizada	Plástica lacrada
Balança	Muito antigas ou digitais simples	Digital simples ou sofisticada
Instrumentos	Facão	Serra elétrica para fatiar
Balcão	Alumínio	Banca de madeira
Armazenamento	Isopor ou caixa de madeira sem refrigeração	Isopor e freezer
Valor dos pescados	De baixo a alto valor de comercialização	De médio a alto

Fonte: Dados primários coletados em trabalho de campo, 2010

O comerciante da feira só trabalha com pescado do município e da região, enquanto a peixaria importa pescado de outros estados e até outros países como é o caso do salmão produzido em cativeiro no Chile (Figura 31). Isso, sem dúvida, é reflexo do crescimento da classe média. Segundo a Fundação Getúlio Vargas<sup>30</sup> (FGV), o número de brasileiros nesta categoria cresceu de 42% para 52% entre 2004 e 2008. Para esta fundação, a família de classe média é aquela que possui renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591.



Figura 31: Salmão importado do Chile  
Fonte: Trabalho de campo, 2010

---

<sup>30</sup> Notícia publicada no site da Fundação Getúlio Vargas com o tema “Classe média chega a 52% da população, aponta pesquisa da FGV”. Disponível em [http://www.fgv.br/fgvportal/principal/idx\\_materia.asp?str\\_chave=12089&sessao=2](http://www.fgv.br/fgvportal/principal/idx_materia.asp?str_chave=12089&sessao=2).





Figura 32 e 33: Diversidade de produtos da pesca encontrados nas peixarias de Ilhéus.  
Fonte: Trabalho de campo, 2010

A diversidade também é um fator de diferenciação entre os comerciantes. Na peixaria é possível encontrar o filé e a posta de peixe, o catado (camarão, siri, aratú) e frutos do mar como a lagosta e o polvo (Figura 32 e 33). Fator preponderante para diferenciação é o nível de tecnologia e de capital que esses empresários possuem, em função da possibilidade de empréstimos bancários destinados aos comerciantes mais capitalizados.

### A Colônia de pescadores

Parte do pescado produzido em Ilhéus é comercializada através das colônias de pesca Z 19 no Pontal (litoral sul) e Z 34 no Malhado (litoral norte). O pescador filiado repassa o pescado à colônia que escolhe os melhores exemplares para comercialização no mercado local, regional e nacional (Figura 34). No entanto, a colônia Z19 só comercializa com alguns municípios vizinhos e a capital Salvador. Enquanto, a Z 34 possui relações comerciais com diversos Estados brasileiros. Isso talvez se justifique por diferenças de infraestrutura, número de pescadores filiados (que geram receita para as colônias mediante produção do pescado e pagamento de mensalidade) e número de municípios que a colônia atua.



Figura 34: Comercialização do pescado através das colônias.  
 Fonte: Dados primários obtidos em trabalho de campo, 2011.

**Quadro 3: Caracterização das colônias de pesca atuantes em Ilhéus-BA**

Colônia	Nº de filiados	Infraestrutura	Nº municípios
Z 19	900	Área administrativa Área de recepção e pesagem do pescado Área de comercialização Freezer	4
Z 34	3.100	Área administrativa Área de recepção e pesagem do pescado Área de comercialização Câmara fria Fábrica de gelo Caminhão baú	22

Fonte: Dados primários obtidos em trabalho de campo, 2011.

Atualmente, a colônia Z 34 passa por uma reforma para adequar suas instalações às normas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), a fim de obter o registro do Sistema de Inspeção Federal (SIF) que atesta os produtos de origem animal, segundo aspectos sanitários e tecnológicos. No momento, a colônia exporta o pescado inteiro, por não

possuir autorização para o seu beneficiamento. Geralmente, o pescado custa um pouco mais caro nas colônias, em relação aos preços praticados pelos feirantes.

As colônias têm um importante papel no circuito da pesca em Ilhéus, organiza o setor para produção, aramando as embarcações (equipando-as com gelo, isca e mantimentos), fornecendo vales e oferecendo cursos, filia<sup>31</sup> os pescadores ao Ministério da Pesca e Aquicultura e compra e revende o pescado ao consumidor final.

### Central de Abastecimento do Malhado

O circuito inferior tem na Central de Abastecimento Antonio Olímpio - conhecida como Central de Abastecimento do Malhado, por localizar-se no Bairro do Malhado –, um ponto de efervescência<sup>32</sup>. Caracteriza-se pela diversidade de produtos e serviços (Quadro 4 ) e a localização é estratégica para o comércio, devido à circulação intensa de pessoas e veículos incluindo transporte intermunicipal.

---

<sup>31</sup> Para que o pescador se torne um pescador profissional com registro no MPA é necessário: ser apresentado por outro pescador, não possuir vínculo empregatício, não ter registro de antecedentes criminais e estar em dias com a justiça eleitoral. Informação obtida junto à colônia de pesca z 34.

<sup>32</sup> Essa Central tem importância destacada tanto no varejo quanto no atacado para o abastecimento da cidade e da região, por isso, mereceria uma pesquisa à parte.



Quadro 4: Caracterização da Central de Abastecimento do Malhado

Pavilhão	Segmento	Nº de estabelecimentos	Informações complementares
A	Agro veterinário	5	Ração, pequenos animais e acessórios
A	Bazar	15	Diversos
A	Calçados	12	Calçados, bolsas e acessórios
A	Central de Moto Táxi	1	
A	Cooperativa de crédito Rural Ilhéus	1	Pagamento e abertura de contas. Não trabalha com empréstimos
A	Derivados do mel	1	Produtos naturais
A	Eletrônicos	7	Celulares, câmeras, MP3 e outros
A	Equipamentos de pesca	1	
A	Farmácia	2	Popular e tradicional
B	Açougue	33	Carnes bovinas e suínas
B	Artesanato	6	Diversos
B	Coco ralado	2	Coco, gengibre e azeite de dendê
B	Derivados do leite	3	Manteiga e Requeijão
B	Derivados da mandioca	7	Farinha, goma e tapioca
B	Frango assado	1	Frango espetinho
C	<b>Banca de peixe</b>	<b>36</b>	Banca de madeira sem estrutura de adequada
C	Distribuidora de bebidas	2	
C	<b>Peixarias</b>	<b>11</b>	Boxes construídos
A / B	Flores	4	Naturais e artificiais
A / B	Restaurante	2	Restaurante e Churrascaria
A / C	Barbearia	5	
A / C	Relojoaria	5	Concertos e comércio
A / B / C	Bar e Lanchonete	56	Parte desses bares servem refeições
A / B / C	Confecção	69	Moda adulta, infato-juvenil e praia
A / B / C	Embalagens	3	Produtos plásticos descartáveis
A / B / C	Jogos	12	Caça níqueis, jogo do bicho e fliperama
A / B / C	Mercearia	13	Cesta básica e embutidos

Fonte: Trabalho de campo, 2011

Segundo a Organização Não Governamental “PRODACENTRAL”, existem 2040 boxes na Central de Abastecimento, contudo os mesmos não se configuram como boxes, mas como áreas de três metros quadrados concedidas pela Prefeitura. De fato, o número de estabelecimentos construídos se aproxima de 1.800<sup>33</sup> unidades. Destes, nossa pesquisa catalogou 316. A construção destes estabelecimentos é de responsabilidade dos comerciantes; muitos deles compraram o boxe de terceiros o que, de acordo com o estatuto, é ilegal. No entanto, poucos boxes conservaram o tamanho original, devido à ausência de fiscalização municipal são vendidos ou alugados como depósitos (Figura 35 e 36).



Figura 35 e 36: Boxe a venda (à esquerda) e depósito (à direita).  
Fonte: Trabalho de campo, 2010

Uma multiplicidade de atores sociais encontra neste centro de comércio, trabalho e renda. A pesquisa de campo revelou que a maioria dos estabelecimentos conta com duas ou mais pessoas trabalhando, nos mais diversos serviços e atividades. No circuito inferior, o emprego familiar é frequente e muitos deles não são funcionários, mas proprietários que assumem, ao mesmo tempo, a direção, o capital e o trabalho.

O comércio do pescado<sup>34</sup> ocorre no pavilhão C, através das peixarias (11) e bancas (36), totalizando 47 pontos de troca de pescado. Há uma relação de concorrência e complementaridade. O pessoal das bancas recebe o produto da peixaria (ambos no mesmo bloco), porém, recebem

---

<sup>33</sup> Em nosso trabalho de campo, realizado na Central de Abastecimento constatamos que nem mesmo o poder público tem controle sobre o número exato de boxes e comerciantes instalados no local. Boa parte dos comerciantes está fora dos boxes, em construções improvisadas, inclusive comercializando em lonas colocadas no chão. As informações aqui mencionadas são provenientes de entrevistas com o presidente da ONG e comerciantes locais.

<sup>34</sup> Existe um comércio “flutuante” ou adjacente de pescado na Central. São indivíduos que não possuem um local fixo para expor seus produtos, essa modalidade de comercialização é bem reduzida e ocasional.

produtos de menor valor comercial, que normalmente não tem saída na peixaria. Após venderem toda mercadoria, podem buscar o pescado de maior valor. No final do dia, o que não for vendido é devolvido ao dono da peixaria, que pode refrigerar a mercadoria para o dia seguinte. As vendas das bancas são consignadas, pois o pescado pertence ao proprietário da peixaria. Contudo, o dono da peixaria repassa seu custo de transporte – do local de aquisição do pescado até a Central de Abastecimento – aos barraqueiros, portanto, mesmo um peixe de baixo valor, terá seu preço majorado para pagar esse custo.

O comércio realizado pelas peixarias (Figura 37) da Central (assim como nas bancas) se baseia no dinheiro líquido. Diferem, portanto nas condições estruturais (água encanada, energia elétrica, balcão de mármore ou cimentado, piso, balança, freezer, isopor e gelo). Geralmente são os donos dos estabelecimentos que trabalham no comércio.



Figura 37: Ala das peixarias na Central do Malhado  
Fonte: Trabalho de campo, 2010

Existe também a comercialização de peixes de água doce (Figura 38) capturados na Lagoa Encantada (no interior do município). Muitas vezes, a compra dos peixes de água doce também implica na compra de sal. Com o sal, o peixe é conservado para o transporte até os distritos mais distantes da Central de abastecimento.



Figura 38: Banca de peixes de água doce comercializado na Central  
Fonte: Trabalho de campo, 2011

A base fundamental do comércio de pescados em Ilhéus é o trabalho, que é multiplicado no circuito inferior para gerar renda para uma grande população pobre. Por não serem absorvidos pelo circuito superior, os trabalhadores encontram no circuito inferior trabalho para garantir a sobrevivência. Assim, o comércio ocupa um número considerável de pessoas. Em parte explica-se pelo fato de que, para entrar nessa atividade, só se tem necessidade de pequena soma de dinheiro. Sem dúvida, para que haja comércio é necessário um mercado consumidor onde o circuito espacial produtivo se completa.

### Os frigoríficos de pescado

Os frigoríficos são, de todos os segmentos comerciais citados anteriormente, os que detem maior diversidade de produtos e beneficiamento de cada pescado: os peixes são comercializados inteiros, eviscerados, postas e filés; camarão sem cabeça, casca ou inteiro; polvo inteiro, ou só os tentáculos, lulas só anéis ou anéis e tubos e a lagosta que pode ser inteira, sem cabeça ou calda. Essas empresas possuem capital e tecnologia o que permite agregar maior valor a produção.

Buscam atender um público mais exigente transcendendo a escala nacional. Podem estocar pescado por deter condições técnicas necessária para congelamento industrial. Enquanto o comércio do circuito inferior necessita se desfazer do pescado em horas (comércio de praia ou feira livre) ou oito dias (peixarias e colônia que possui refrigerador ) a indústria pode armazenar

filé de peixe por até um ano ( possuem câmaras frigoríficas, antecâmaras e túneis de congelamento).

Para estocagem por tempo mais prolongado, recomenda-se o congelamento. Os microrganismos deterioradores não se desenvolvem a temperaturas abaixo de  $-10^{\circ}\text{C}$ , mas a autólise pode continuar mesmo a esta temperatura; por isso, congela-se sempre a temperaturas inferiores a  $-18^{\circ}\text{C}$ . A temperatura de congelamento deve ser baixa o suficiente ( $-35^{\circ}\text{C}$  a  $-40^{\circ}\text{C}$ ) para que a passagem de  $-1^{\circ}\text{C}$  para  $-5^{\circ}\text{C}$  na carne do peixe aconteça em duas horas – congelamento rápido industrial. Somente desta forma o pescado não sofrerá danos físicos que prejudicarão a textura da carne pela formação de cristais grandes de gelo (GONÇALVES 2004:246).

Em Ilhéus, apenas os frigoríficos possuem o SIF. O frigorífico JM Camarões se enquadra nos padrões do MAPA, atua no comércio local e de exportação, possui caminhões frigoríficos para transportar o pescado e duas lojas em Ilhéus. Outros comerciantes de pescado relatam que esse frigorífico é um dos mais importantes do município.

A empresa possui ligação com a colônia Z 19 no Pontal fornecendo isca (sardinha) e gelo. Embora a colônia Z 34 disponha desses produtos com o preço semelhante – geralmente um pouco abaixo – o presidente da colônia Z19 prefere adquirir no frigorífico. Percebe-se uma rivalidade e concorrência entre as colônias que fazem parte do mesmo circuito da economia urbana, o inferior. Mantêm também, ligações com o circuito superior marginal da pesca que é um importante fornecedor de matéria prima para indústria frigorífica.



## Etapa do Consumo

O pescado está cada vez mais presente na alimentação humana. Segundo relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) publicado em 2010 houve um aumento significativo do consumo anual de pescado entre o período de 2004 - 2009 (Tabela 6). A média mundial de consumo no ano de 2010 foi de 17 quilos por pessoa. A produção mundial de peixes e produtos pesqueiros passou de 142 milhões de toneladas em 2008 para 145 milhões em 2009 (FAO, 2010).

**Tabela 6: Consumo mundial de pescado de 2004 a 2009**

<b>Ano</b>	<b>Consumo (milhões de t)</b>
2004	104,4
2005	107,3
2006	110,7
2007	112,7
2008	115,1
2009	117,8

Fonte: Dados da FAO 2010. Elaboração da autora.

No Brasil, o consumo *per capita* de pescado tem aumentado nas últimas décadas de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura que tornou público o estudo “Consumo *Per Capita* Aparente de Pescado no Brasil 1996-2009”. Os resultados indicam que em 2009 a média de consumo individual foi de 9,3kg o que representou um aumento de 40% nos últimos sete anos (MPA, 2010). No entanto, o estudo não releva a distribuição geográfica do consumo e a tipologia do pescado, tampouco indica se o pescado é proveniente da pesca ou aquicultura.

Campanhas governamentais com *slogans* “Coma pescado, que pescado faz bem”, “Consumo Legal de Pescado” e “Semana do peixe” buscam incentivar o consumo. A “semana do peixe” é realizada a partir de parcerias com Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) que define o tipo de pescado que será posto em promoção e o percentual do desconto.



Isso demonstra a força do Circuito Superior, em suas relações com o Estado, na organização das atividades econômicas. Segundo Santos (2004: 46-47), no circuito superior, “as manipulações dos preços supõem uma margem de lucro contabilizável por longos prazos” e ainda “controlam a economia por inteiro”. De acordo com a ABRAS<sup>35</sup> a expectativa foi de que mais de 400 redes de supermercados participaram da campanha.

Embora seja positiva a iniciativa de estimular o consumo do pescado é necessário, antes, fortalecer o circuito produtivo da pesca atentando para o circuito inferior da economia, oportunizando aos pobres produzir, comercializar e consumir pescado. Promovendo o consumo do produto de origem local e regional (para regiões produtoras) de maneira que haja, de fato, uma campanha que possa ser denominada nacional.

A atividade da pesca no circuito inferior implica diretamente no consumo, antes de proporcionar trabalho e renda ela é geradora de subsistência. A partir do uso de instrumentos simples e domínio da técnica é possível adquirir o mínimo necessário a sobrevivência. Parte do pescado produzido é consumida pelo próprio pescador. Como nos lembra Santos (2004:196), “pobreza e circuito inferior aparecem como relações de causa e efeito inegáveis. Historicamente o homem encontra nas águas uma fonte de alimento, trabalho e renda.

CASTRO (2007:10) relatou a pobreza do Nordeste brasileiro em sua obra “Homens e Caranguejos”, contando a histórias de homens consumidos pela fome nos mangues do Recife:

Cedo me dei conta deste estranho mimetismo: os homens se assemelhando em tudo aos caranguejos. Arrastando-se, acachapando-se como os caranguejos para poderem sobreviver. Parados como os caranguejos na beira da água ou caminhando pra trás como caminham os caranguejos.

O exemplo dos catadores de caranguejo do Recife encontra paralelo ao trabalho realizado por muitos pescadores de Ilhéus. O consumo não é uma escolha, é antes, uma estratégia de sobrevivência. O Sr Joel, pescador entrevistado, relatou que “a pesca quando num dá nada, dá o que comer”. Assim, por gerações a pesca é responsável pelo sustento e manutenção da vida de uma significativa parcela da população ilheense.

Com base nas entrevistas realizadas na Colônia Z19 e Z34 existe em Ilhéus aproximadamente 4.000 profissionais da pesca (pescadores e marisqueiras), filiados a colônia.

---

<sup>35</sup> Associação Brasileira Supermercados disponível em: <<http://www.abrasnet.com.br/clipping.php?area=20&clipping=15713>>. Acesso em 23 de janeiro de 2010.



Porém não se sabe quanto são ao total. Potencialmente são 4.000 famílias de consumidores de pescado. Isso sem contar o consumo dos envolvidos no comércio. Na pesca o modo de vida (atividade pesqueira) tornar-se o meio de vida (sobrevivência).

Há também o consumo daqueles que não possuem ligações com a pesca, mas usufruem do produto dessa atividade. Nessa pesquisa a análise do consumo está centrada em dois seguimentos: da população pobre e das classes médias (incluindo o consumo gerado a partir da atividade turística). Embora, o município não disponha de dados quantitativos do consumo de pescado em Ilhéus. Buscamos explicitá-lo a partir do comércio de pescado *in natura* e dos estabelecimentos que oferecem o pescado pronto para o consumo.

Trabalhos de campo realizados em pontos de comercialização do pescado evidenciaram claramente a divisão no âmbito do consumo. Dentro da Central de Abastecimento do Malhado o comércio do pescado está dividido comércio adjacente (pessoas que não se fixam em boxes, geralmente expõe os produtos em papelão, bicicleta, sacos plásticos e mudam com frequência de lugar) bancas e peixarias.

O comércio orbital ou adjacente geralmente ocorre sem a mínima condição de higiene (Figura 39). Esse tipo de produto é adquirido por parte da população que se encontra em condições de extrema pobreza. Tanto o vendedor como o consumidor parece “sobrevivente” da mesma realidade, “é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do trabalho” (SANTOS, 2001:73).



Figura 39: Pescado consumido pela população pobre do município  
Fonte: Trabalho de campo 2011

O pescado consumido pela população pobre geralmente não é feito com base na pesagem em balança, é vendido inteiro. Isso porque o preço do pescado possui menor valor comercial e não compensa ser vendido em posta. Boa parte do comércio das bancas (Figura 40) é destinada aos consumidores de menor poder aquisitivo provenientes dos “distritos” – localidades rurais distantes do centro de Ilhéus e que normalmente são habitados por populações mais pobres – de Ilhéus.



Figura 40: Bancas de peixe  
Fonte: Trabalho de campo, 2011

Podemos perceber que a diversificação do pescado é pequena. Os consumidores que procuram esse tipo de produto sabem que estão levando pra casa um pescado de menor qualidade, mas também de menor preço. O produto fica exposto durante todo o dia sem refrigeração.

Na mesma Central de Abastecimento encontramos o pescado destinado à classe média (Figuras 41 e 42). Além de peixes encontramos camarão “sete barbas”, “rosa” e “pistola” e diversos catados.



Figuras 41 e 42: Catados de mariscos (à esquerda) e camarão pistola (à direita).  
Fonte: trabalho de campo, 2011.

Segundo comerciantes de pescado os mais pobres não procuram pelo camarão rosa, pistola ou pelo catado de frutos do mar. Isso porque o custo é elevado (Quadro 5) se comparado ao quilo do peixe e ainda após o cozimento o catado ou camarão tem um rendimento menor que o peixe. Entrevista realizada revelou que a lagosta capturada em Ilhéus é vendida para outros estados sem a cabeça. Da cabeça, que não é exportada, se faz o catado (selecionado com o círculo na figura 41), que por sua vez é comercializado junto com o camarão pistola. É comum ver o consumidor estacionar em frete a ala das peixarias e sem descer do carro encomendar o pescado ou adquirir o produto.

**Quadro 5: Média de preço dos mariscos**

<b>Tipo</b>	<b>R\$ / Kg</b>
Camarão sete barbas	14,00
Camarão rosa “com casca”	20,00
Camarão rosa “sem casca”	14,00
Camarão pistola	25,00
Siri (catado)	20,00
Aratu (catado)	20,00
Ostra (catado)	8,00
Sururu (catado)	12,00

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Peixarias do centro da cidade, colônia e frigoríficos são os principais locais de compra da classe média local. Nesses estabelecimentos encontra-se lula, polvo, lagosta, peixes em posta. O pescado em posta tem o seu valor acrescido em R\$ 2,00 no quilo.

Assim como carne bovina é subdividida por qualidade e preço o pescado também possui essas subdivisões. Os peixes são conhecidos como primeira, segunda e terceira linha (Quadro 6). Essas linhas podem nos apontar o consumo da classe média e o consumo dos mais pobres. No entanto, “todas as camadas podem consumir fora do circuito ao qual pertencem: trata-se de um consumo parcial ou ocasional” (SANTOS, 2004:42). É o caso da corvina que mesmo pertencendo à terceira linha é consumida pelos mais abastados. Os de primeira linha também são chamados de mais nobres que geralmente apresentam: carne com uma coloração mais clara, mais saborosa, menos espinhas e com menor teor de gordura.

**Quadro 6: Subdivisão do pescado consumido em Ilhéus segundo a nobreza, linha e média de preço.**

<b>Mais nobres (1<sup>a</sup>)</b>	<b>R\$ / Kg</b>	<b>Menos nobres (2<sup>a</sup>)</b>	<b>R\$ / Kg</b>	<b>Menos nobres (3<sup>a</sup>)</b>	<b>R\$ / Kg</b>
Cavala	10,00	Atum	8,00	Sardinha	5,00
Dourado	10,00	Graçaim	8,00	Arraia	6,00
Vermelho dentão	12,00	Namorado	10,00	Cação	8,00
Vermelho guaiúba	12,00			Bonito	6,00
Vermelho olho amarelo	12,00			Corvina	8,00
Vermelho cioba	12,00				
Vermelho ariocó	12,00				
Olho-de-boi	12,00				
Mero badejo	16,00				
Pescada amarela	15,00				
Barracuda	10,00				
Aracanguira	12,00				
Beijupirá	12,00				
Garoupa	12,00				
Caranha	10,00				

Fonte: Trabalho de campo 2011

Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) atestou que “eles [a classe média] já são mais da metade da população brasileira - 53,8% em dezembro -, movimentaram no ano passado algo como R\$ 575 bilhões e, por isso, constituem o grande mercado consumidor do País”. São os brasileiros com renda familiar mensal entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.591,00 (FGV,

2009). Dentro desta faixa de renda, encontramos em Ilhéus especialmente funcionários públicos e comerciantes.

A proposta que o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) faz para o salário mínimo contrapõe a classificação de classe média da Fundação Getúlio Vargas. Para O DIEESE o salário mínimo necessário em dezembro de 2010 deveria ser de R\$ 2.227,53<sup>36</sup>. Portanto, estabelecer um piso de R\$ 1.064,00 e afirmar que aqueles que se posicionam nessa classe de renda são classe média, pode ser abusivo, pois essa estatística não é consenso, mesmo entre os institutos de pesquisa. A classe média se posiciona “...numa situação intermediária entre as classes pobres ou inferiores e as classes abastadas ou superiores. Seriam formadas de assalariados de todo tipo que se situam acima do nível de subsistência, mais os proprietários e empresários cujos ganhos são insuficientes para que passem para as classes superiores” (SANTOS 2004: 51).

O consumo do pescado corrobora a estratificação de uma sociedade onde o “espaço é dividido”, isto está ligada segundo Santos (2004: 37), “a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas”. Embora, em Ilhéus, o consumo de pescados esteja presente nas diversas classes não há como afirmar que esse consumo se dá uniformemente pelos indivíduos.

Além do consumo baseado numa classe média local, há também o consumo baseado no turismo<sup>37</sup>. Esse fenômeno, próprio do pós-guerra, se torna possível graças ao alargamento das classes médias e ao fenômeno da propaganda, que busca comercializar os lugares. Assim, o município de Ilhéus se “abre” ao mundo e se torna um dos principais destinos do turismo brasileiro. “Agora, os atores hegemônicos, armados com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos” (SANTOS, 2006:163). Esta

---

<sup>36</sup> A proposta de salário mínimo necessário pode ser consultada através do site do DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>> Acesso em 08 de Março de 2011.

<sup>37</sup> Nesta pesquisa buscamos dados sobre o turismo e os estabelecimentos ligados ao mesmo. No entanto, o SEBRAE não dispõe de dados sobre essas empresas (restaurantes, hotéis, cabanas de praia) nem mesmo a Associação de turismo de Ilhéus (ATIL). Segundo a coordenação do SEBRAE em 2012 terá início um levantamento de informações sobre os agentes ligados a pesca a partir da parceria firmada com a BAHIAPESCA. A ATIL informou que está em curso uma parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz para realização pesquisas sobre o turismo em Ilhéus.

citação que faz alusão ao mercado e à difusão dos capitais sob a égide das grandes empresas, também pode ser usada para descrever a circulação dos grandes transatlânticos pelo mundo.

Vinculada ao turismo, a gastronomia, é um ponto nevrálgico que busca explorar determinados elementos particulares dos lugares. A gastronomia é ao mesmo tempo um produto e um atrativo. Dessa forma, o “turismo e a gastronomia são inseparáveis, pois não têm como se pensar em turismo, sem prever entre outros itens, a alimentação para curta ou longa permanência” (BARROCO & BARROCO, 2008:2). O pescado que faz parte da culinária baiana, estão presentes nos cardápios dos mais variados estabelecimentos turísticos.

Não é possível contabilizar o consumo de pescado pela atividade turística, contudo, é possível identificar o fluxo turístico que gera uma demanda potencial de consumo. A Bahia recebeu 9.052.000 de turistas em 2008, sendo que desse total 5,7% são turistas de outros países, 47,8% são de outros estados da federação e 52,2% são baianos. Minas Gerais e São Paulo os maiores emissores de turistas para o estado. Os principais emissores internacionais são Estados Unidos, França, Itália e Portugal do montante, o município de Ilhéus recebeu 2,8%<sup>38</sup> (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, 2008).

Dos acessos a Ilhéus destaca-se o marítimo. De acordo com dados da Companhia de Docas do Estado da Bahia (CODEBA), autoridade portuária baiana, o número de navios de cruzeiros tem crescido nos últimos anos (Quadro 7).

**Quadro 7: Movimentação de navios de cruzeiros no Porto do Malhado em Ilhéus-BA**

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Total</b>	11	13	10	17	23	15	25	37	45	52

Fonte: CODEBA [http://www.codeba.com.br/site\\_anterior/porto\\_ilheus\\_estat.php](http://www.codeba.com.br/site_anterior/porto_ilheus_estat.php)

Elaboração da autora

---

<sup>38</sup> Pesquisa encomendada pela Secretária de Turismo do Estado Bahia. Uma das poucas disponíveis a população. Disponível em <<http://www.setur.ba.gov.br/indicadores/movimentacao-dos-aeropostos/ilheus/>>.



O transporte aéreo também aumenta seu fluxo para Ilhéus nos últimos anos <sup>39</sup> (Quadro 8). É o ministério do turismo que divulga a notícia: “Durante o Fórum Panrotas, consultores e empresários discutem a crescente participação da Classe C em mercados como o Turismo” (MTur, 2010). O então ministro, Luiz Barreto, exemplificou o crescimento relatando a pesquisa realizada pela empresa “GOL Linha Aéreas” que indicou: “Em 2009, 10% dos passageiros que viajaram pela empresa estavam fazendo a primeira viagem aérea de suas vidas”. Traduzindo em números, são 2,6 milhões de novos usuários do transporte aéreo.

**Quadro 8: Movimentação no Aeroporto Jorge Amado em Ilhéus-Ba**

<b>Ano</b>	<b>Embarcados</b>	<b>Desembarcados</b>	<b>Total</b>
2009	179.133	176.482	355.615
2008	195.060	189.534	384.594
2007	195.616	193.303	388.919
2006	151.367	151.659	303.026
2005	118.763	119.312	238.075
2004	106.257	104.340	210.597
2003	88.689	88.017	176.706
2002	114.727	110.948	225.675
2001	106.121	102.454	208.575
<b>2000</b>	94.501	91.142	185.643

Fonte: Infraero/ Setur- BA. Elaboração da autora.

O aumento dos fluxos turísticos na cidade reorganizou o território como um todo. Ao longo do tempo a cidade foi sendo moldada segundo recortes de classe social, dividindo-a em duas zonas, Zona Norte e Zona Sul. Há também as praias do centro que possui uma visitação mista por moradores locais e turistas (Figura 43).

---

<sup>39</sup> Dados da Secretaria de turismo Infraero / Setur-BA disponível em < <http://www.setur.ba.gov.br/indicadores/movimentacao-dos-aeroportos/ilheus/>> Acesso em Março de 2011.

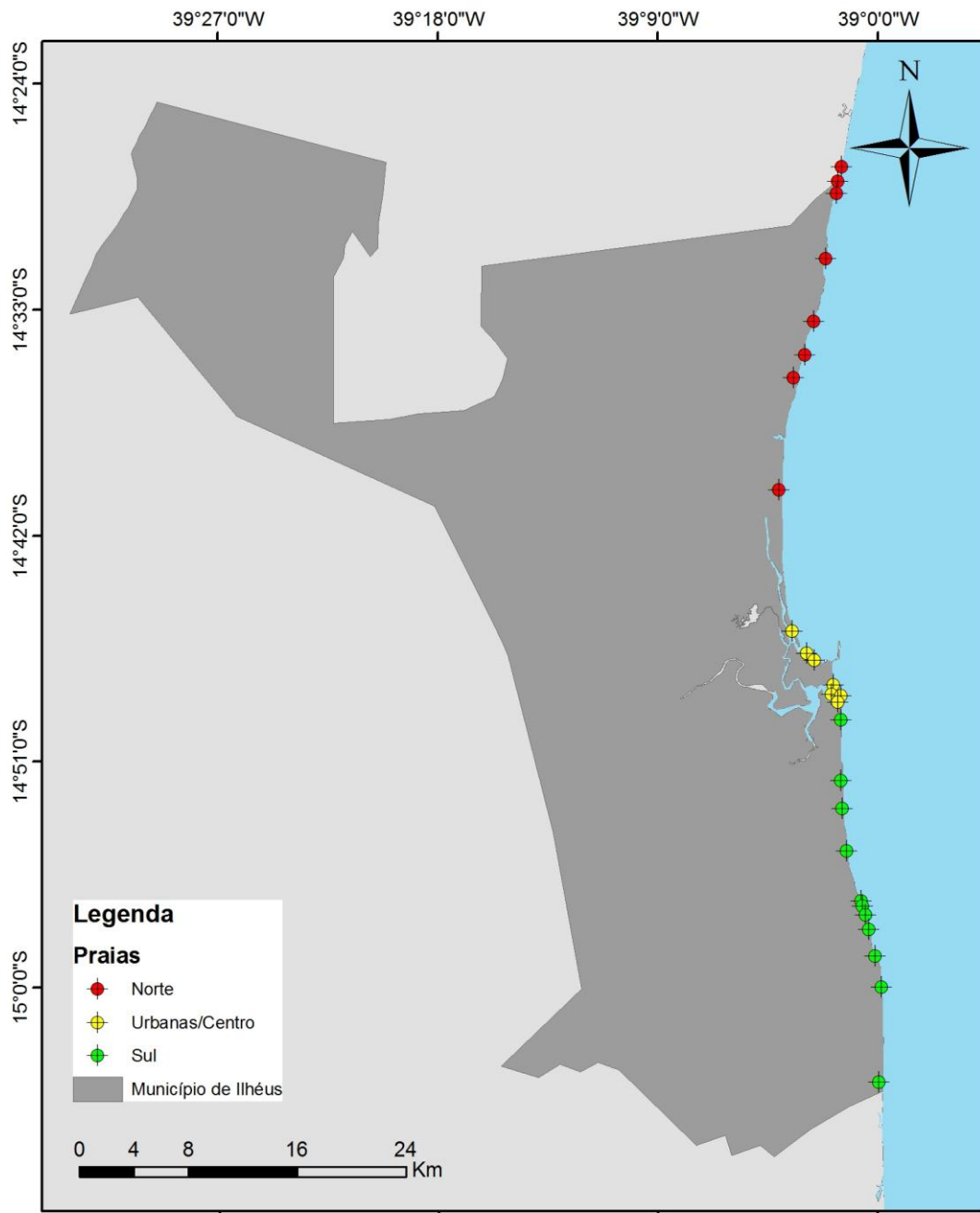


Figura 43: Localização das praias do Norte, Centro e Sul  
 Fonte: Dados do BRASILHÉUS<sup>40</sup>. Elaborado por SOUZA, C. M

<sup>40</sup> Disponível em: < <http://www.brasilheus.com.br/index.htm> >. Acesso em 23 de Julho de 2011.



A primeira é menos movimentada (com exceção das praias Tulha e Mamoã), com pouca infraestrutura turística e atende principalmente aos apelidados “farofeiros” que em geral são moradores de Ilhéus ou dos municípios vizinhos. O turismo nessa zona ainda é pouco explorado com poucas pousadas, restaurantes e barracas<sup>41</sup> de praia. É composta basicamente por residência de moradores e casas de veraneio. A Zona Sul de Ilhéus recebe maior fluxo de turistas, por possuir maior número de hotéis e melhores infraestruturas turísticas. Recebe visitantes de diversos países e a classe média e elite dos municípios vizinhos. Conta com cerca de 30 cabanas de praias que consistem em bares restaurantes.

Segundo alguns comerciantes de pescado, a Zona Norte e a Zona Sul estão divididas pela tipologia do pescado, em água doce e água salgada, respectivamente. Isso se justifica pelo preço do pescado e perfil do consumidor de cada zona. Contudo, esse consumo não é excludente, podendo o mesmo consumidor recorrer a diversos tipos de pescado. Como é o caso do povoado de Mamoã no litoral Ilhéus que possui um entreposto (pequeno local de comercialização) de pesca da colônia Z 34 que comercializa o pescado de água salgada aos turistas que possuem casa de veraneio no local.

As cabanas de praia (Figura 44 e 45) oferecem os mais diversos pratos e atraem visitantes de todas as idades. No verão, o fluxo é intenso, porém no inverno só as cabanas mais estruturadas permanecem abertas como Gabriela, Nacib, Nariga’s, Armação, Soro Caseiro, Canoa, entre outras.

---

<sup>41</sup> Os termos barraca e cabana de praia são utilizados como sinônimos pelo Ministério do Meio Ambiente que é responsável pela gestão da orla brasileira. No entanto, percebeu-se nos trabalhos de campo que a nomenclatura Cabana, em Ilhéus, restringiu-se aos estabelecimentos de maior porte e estrutura. Sendo que a maior parte deles está situada na zona sul, embora fossem encontrados alguns na zona norte. Nesta pesquisa utilizamos como cabana e barraca como sinônimos.



Figura 44 e 45: Cabanas de praia na Zona Sul.  
 Fonte: trabalho de campo, 2011.

Pode-se observar, no cardápio da Cabana Canoa (Figura 46 e 47), que boa parte dos pratos oferecidos são preparados com pescados.

CABANA CANOA TIRA GOSTO		REFEIÇÃO	
Senhores clientes, todos os pedidos são feitos na hora. Por favor aguarde o tempo de preparo Grato por sua atenção!			
<b>CAMARÃO</b>			
47 - CAMARÃO ALHO E ÓLEO	RS 35,00	90 - MOQUECA DE PEIXE EM POSTA (P/02 PESSOAS)	RS 32,00
48 - CAMARÃO AO BAFO	RS 35,00	91 - MOQUECA DE PEIXE INTEIRO	RS 40,00
49 - CAMARÃO À MILANESA	RS 40,00	92 - MOQUECA DE PEIXE AO MOLHO DE CAMARÃO	RS 45,00
<b>CARNES</b>			
50 - CARNE DO SOL C/ FRITAS	RS 22,00	93 - MOQUECA DE LAGOSTA	RS 65,00
51 - CARNE DO SOL C/ FAROFA	RS 22,00	94 - MOQUECA DE CAMARÃO PISTOLA	RS 50,00
52 - CARNE DO SOL C/ AIPIM	RS 22,00	95 - MOQUECA DE CAMARÃO ROSA	RS 40,00
53 - CARNE DO SOL C/ FAROFA DE OVOS	RS 28,00	96 - ESCABECHE DE PEIXE	RS 42,00
54 - FILÉ APERITIVO	RS 28,00	97 - ENSOPADO DE PEIXE	RS 36,00
55 - FILÉ C/ FRITAS	RS 28,00	98 - ENSOPADO DE CAMARÃO ROSA	RS 45,00
56 - FILÉ C/ AIPIM	RS 28,00	99 - ENSOPADO DE LAGOSTA	RS 70,00
57 - COSTELA DE PORCO C/ FRITAS OU AIPIM	RS 23,00	<b>(PIRÃO, ARROZ E SALADA)</b>	
<b>PEIXES</b>			
58 - ISCA DE PEIXE	RS 25,00	100 - MOQUECA DE ARATU	RS 32,00
59 - PEIXE FRITO INTEIRO	RS 45,00	101 - BOBÓ DE CAMARÃO	RS 52,00
60 - PEIXE FRITO INTEIRO	RS 40,00	102 - STROGONOFF DE FRANGO	RS 30,00
61 - PEIXE FRITO INTEIRO	RS 35,00	<b>(ARROZ E SALADA)</b>	
62 - PEIXE FRITO INTEIRO	RS 30,00	103 - PEIXE FRITO EM POSTA	RS 32,00
63 - PEIXE FRITO EM POSTA	RS 25,00	104 - PEIXE FRITO COM LEGUMES	RS 32,00
<b>CALDOS</b>			
64 - CALDO DE SURURU	RS 5,00	105 - PEIXE FRITO COM FRITAS	RS 35,00
65 - CALDO DE PEIXE	RS 5,00	106 - PEIXE FRITO INTEIRO PEQUENO	RS 40,00
66 - CALDO DE FEIJÃO	RS 4,00	107 - PEIXE FRITO INTEIRO MEDIO	RS 45,00
67 - CALDO DE CAMARÃO	RS 6,00	108 - PEIXE FRITO INTEIRO GRANDE	RS 45,00
		109 - PEIXE FRITO INTEIRO GG	RS 60,00
		<b>(FAROFA, ARROZ E SALADA)</b>	
		110 - FILÉ COM FRITAS	RS 32,00
		111 - FILÉ MIGNON ACEBOLADO	RS 32,00
		112 - FILÉ DE FRANGO COM FRITAS	RS 24,00
		113 - FILÉ DE FRANGO COM PURE	RS 26,00
		114 - FILÉ DE PEIXE À MILANESA	RS 33,00
		115 - CARNE DO SOL COM FAROFA	RS 30,00
		116 - CARNE DO SOL COM FRITAS ou AIPIM	RS 30,00
		117 - CARNE DO SOL COM PIRÃO DE LEITE	RS 30,00
		118 - CARNE DO SOL COM FAROFA DE OVOS	RS 30,00
		119 - CARNE DO SOL COM PURE DE BATATA	RS 30,00
		120 - CALABRESA COM FRITA	RS 22,00
		121 - CALABRESA COM FAROFA	RS 20,00
		<b>(ARROZ E SALADA)</b>	
		122 - COSTELA DE PORCO C/ FRITAS OU AIPIM	RS 30,00
		<b>(FEIJÃO TROPEIRO, ARROZ e SALADA)</b>	

Figura 46 e 47: cardápio da cabana Canoa  
 Fonte: trabalho de campo, 2011.

Segundo o proprietário da Cabana Canoa, Senhor “Cacau”, o pescado é o prato principal desse tipo de estabelecimento. Na alta estação ele adquire em média 170 quilos por mês, contratando até vinte funcionários (garçons, cozinheiras e atendente). Na baixa estação

permanecem apenas 8. Os Cabaneiros apontaram dois tipos de consumidor: o primeiro, (em geral regional) gasta mais com bebidas (cervejas e refrigerantes) e opta por peixes pequenos como tira gosto sem consumir uma refeição completa; o segundo opta por moquecas, lagosta e ensopados de camarão (turistas de outros estados como Brasília e Minas Gerais). No entanto, há uma mudança interessante no consumo. Segundo cabaneiros o consumo de peixes que até pouco tempo era considerado “peixe de pobre” que não havia demanda nas barracas, atualmente são procurado como tira gosto: Pititinga e Barbudinho.

Atualmente a oferta do pescado em Ilhéus é menor que a sua procura. Cabaneiros adquirem o pescado de outros estados (Ceará e Espírito Santo) e outros municípios da Bahia, tais como Prado e Alcobaça. A precariedade dos meios de captura não permite que o pescado aumente sua produção e atenda a demanda local. No entanto, os problemas não são apenas de ordem local. O peixe “Badejo”, conhecido como peixe nobre e de qualidade, é um dos mais procurados por consumidores que freqüentam a Zona Sul. No entanto, existe um atravessador desse pescado no município que compra-o para revendê-lo para a rede do Restaurante Badejo em São Paulo, o que implica, diretamente, na diminuição da oferta local.

O consumo do camarão possui usos diferenciados. A camada mais popular consome o espetinho de camarão que geralmente é comercializado por vendedores ambulantes nas praias que assam o espetinho numa lata com carvão assim como o queijo coalho. As classes médias preferem o bobó e ensopado. Uma iguaria que abrange as duas classes é a acarajé. Por ter um custo acessível (de R\$ 2,0 a R\$ 4,0) e ser um elemento tradicional na culinária baiana possui um grande consumo. É comum a formação de filas ou aglomerações entorno das barracas (Figura 48). São dezenas de barracas espalhadas pelo centro, bairros e praias.



Figura 48: Barraca de acarajé no Pontal  
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Ligados ao consumo de pescado estão os estabelecimentos turísticos de acomodação que oferecem um cardápio variado. A secretária de turismo não dispõe desses dados. No entanto, as empresas de turismo<sup>42</sup> apresentam as seguintes informações: são 3 *resorts*, 10 hotéis, 49 pousadas, 6 *Villages* e 3 Chalés. Somam-se a isso os restaurantes do município que servem o pescado à diferentes públicos. Segundo comerciantes de pescado, parte desses estabelecimentos adquirem produtos locais.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a atividade da pesca é responsável pela sobrevivência de inúmeras famílias do município e possui um papel crucial na economia. Cada pescado consumido alimenta o circuito produtivo e estimula a vida de relações do lugar, gerando emprego e renda a pescadores, garçons, cozinheiros, zeladores, cabaneiros e inúmeros comerciantes locais.

---

<sup>42</sup> Dados do Guia de Hotel disponível em: < <http://www.hotelsite.com.br/procura/resultado.asp?whichpage=1&pagesize=15&nom=&cid=ilheus&cidx=&brr=&uf=&dia=&tip=&cen=&vis=&est=&res=&http://www.hotelsite.com.br/procura/resultado.asp?whichpage=1&pagesize=15&nom=&cid=ilheus&cidx=&brr=&uf=&dia=&tip=&cen=&vis=&est=&res=&> > Acesso em 23 de Agosto de 2011.

## Considerações finais

No atual período de globalização os lugares são incorporados a uma economia mundial para atender os interesses dos atores hegemônicos. Isso é notadamente perceptível no enfraquecimento das atividades conhecidas como “tradicionais” que rompem o equilíbrio dos lugares e da vida de relações. Devido às possibilidades técnicas, organizacionais e de capital o espaço “dividi-se” em espaços que mandam e espaços que obedecem (SANTOS e SILVEIRA 2008).

Essa “divisão” não é necessariamente uma ruptura, mas uma relação de subordinação a qual os hegemônizados se submetem. É fruto das sucessivas modernizações – seletivas - do território que acarretou no agravamento da pobreza. Nesse sentido, o estudo dos circuitos da economia urbana traz uma reflexão do funcionamento da totalidade da cidade. Totalidade que só é alcançada quando se busca compreender as diversas formas de trabalho assumidas pela pobreza, refugiadas no circuito inferior.

O circuito inferior da pesca oferece a população pobre de Ilhéus subsistência, ocupação e renda. Uma vez que, acolhe diversas atividades, familiares, individuais e em parcerias que envolvem a produção (pescadores, comerciantes de petrechos, de iscas e armadores de embarcação), comércio (feira, central de abastecimento, colônias de pesca, peixarias e o comércio do pescador – vendedor no Malhado) até o consumo (da população local e dos turistas) do pescado. Embora, o circuito inferior encontre diversos entraves – precariedade dos meios de produção, circulação e troca – é ele o abrigo de uma significativa parcela da população.

Contudo, esse abrigo encontra-se ameaçado por diversos fatores: uma mesma área da costa é intensamente explorada por pescadores do circuito inferior e superior marginal acarretando na diminuição dos estoques pesqueiros; a diminuição do pescado resulta em ganhos menores e não atrai mão-de-obra jovem, de maneira que, garanta a continuidade da atividade - o envelhecimento da mão-de-obra tem preocupado os presidentes das duas colônias de pesca em Ilhéus -; A falta de renovação da frota do circuito inferior, bem como a ausência de instrumentos (GPS, bussola, sonda, radar) que possibilitem maior autonomia nas pescarias tem condicionado o pescador a permanecer na pobreza. Soma-se a isso, a interferência exógena representada por embarcações de pesca de outros estados (Ceará e Espírito Santo) que praticam o arrasto na costa

de Ilhéus, e a exportação do pescado que diminui a oferta local para atender a demanda de outros estados.

O litoral, em particular, passa por uma revalorização para o lazer e turismo que “higieniza” os lugares expulsando as populações pobres. Esse processo ocorreu na Baía do Pontal com saída gradativa dos pescadores para instalação de hotéis e casas de segunda residência das classes mais abastardas. Atualmente, a revalorização se dá por meio das pesquisas que visam à exploração de petróleo no sul da Bahia.

A empresa “Queiroz Galvão Exploração e produção” busca possíveis reservatórios de hidrocarbonetos no Sul da Bahia (Ilhéus, Una, Canavieiras e Belmonte). No entanto, como o litoral possui outros usos (turismo e a pesca) é necessário dialogar com os interessados. No caso específico da pesca em Ilhéus, a empresa, está realizando um Monitoramento do Desembarque Pesqueiro averiguando a frota, espécies capturas e peso das mesmas na tentativa de mensurar os impactos das atividades de perfuração. Contudo, o levantamento é feito apenas com embarcação motorizadas, o que não abrange todos os pescadores do município, em especial, os mais pobres. E ainda, o projeto não prevê compensação para todos os envolvidos no circuito da pesca, focando apenas a produção propriamente dita.

A atividade da pesca que comumente não atrai olhares das pesquisas passa agora por um levantamento estatístico. Isso porque, no momento é interessante para o capital privado, como discurso de empresa preocupada com a sociedade, e para os governantes interessados nas medidas compensatórias e nos futuros *royalties* do petróleo. Assim, a racionalidade do espaço ilheense é “produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores do mercado” (SANTOS & SILVEIRA 2008:306).

Restam ao circuito inferior apenas o trabalho intensivo e a criatividade na elaboração de estratégias para garantir a sobrevivência no território. Os pobres, abrigados no circuito inferior, se reinventam a cada modernização que chega ao lugar. Assim, torna-se imprescindível, cada vez mais, a compreensão da cidade por meio do circuito inferior da economia, tendo em vista a enorme diversidade de atividades que ele abarca e o abrigo oferecido por ele a grande parte da população.

## Referências Bibliográficas

AMADO, J. Mar Morto. 85ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004 [1936].

ANDRADE, M. P. **Ilhéus: passado e presente**. 2ª. ed. Ilhéus: Editus, 2003.

ARROYO, M. M. Território nacional e mercado externo. Uma leitura do Brasil na virada do século XX. In: SOUZA, M. A. de (org.) **Território Brasileiro usos e abusos**. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003.

ARROYO, M. M. **A economia invisível dos pequenos**. Le Monde Diplomatique Brasil, p. 30-31, Outubro de 2008.

BARBOSA-FILHO, M. L. V. e CETRA, M. **Dinâmica da frota pesqueira sediada na cidade de Ilhéus, estado da Bahia**. Boletim técnico, 2007. Disponível em: < [http://www4.icmbio.gov.br/cepene/index.php?id\\_menu=51&arquivo=modulos/boletim/res.php?id\\_arq=183](http://www4.icmbio.gov.br/cepene/index.php?id_menu=51&arquivo=modulos/boletim/res.php?id_arq=183)> Acesso em Agosto de 2009.

BARROCO, L. M. S; BARROCO, H. E. **A importância da gastronomia como patrimônio cultural, no turismo baiano**. Turydes revista de investigación em turismo y desarrollo local. Disponível em:<<http://www.eumed.net/rev/turydes/02/sbb.htm>>. Acesso em: 01 novembro. 2010.

BERNARDES, A. A Metrópole de São Paulo e a produção da Aceleração contemporânea. In: SOUZA, M. A. de (org.) **Território Brasileiro usos e abusos**. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu\\_superior/relatorios\\_e\\_estatisticas/relatorios-e-estatisticas/](http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/menu_superior/relatorios_e_estatisticas/relatorios-e-estatisticas/)>. Acesso em 14 de Novembro de 2010.

CEPLAC. Comissão Executiva Do Plano da Lavoura Cacaueira. **Aspectos da Atividade Pesqueira**. Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira. Ilhéus, v.9, 1975.

CASTELLS M. **A era da informação: Sociedade, economia e cultura**. Vol.3. Fim de Milênio. 3ª. ed. São Paulo: Paz e terra, 2002.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CEPENE - Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste. Monitoramento Da Atividade Pesqueira No Estado Da Bahia. **Boletim Estatístico**. Tamandaré, 2006. Disponível em: < [http://www4.icmbio.gov.br/cepene/index.php?id\\_menu=6](http://www4.icmbio.gov.br/cepene/index.php?id_menu=6)> Acesso em 15 de Maio de 2011.



DIEGUES, A. C. S. **Pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Socio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil**. Etnográfica, Vol. III (2), 1999, p. 361-375.

FAO, Organización de las Naciones unidas para la agricultura y la Alimentación. Departamento de Pesca y Acuicultura de la. El estado mundial de la agricultura y de la alimentación. **Relatório**. Roma, 2009. Disponível em < <http://www.rlc.fao.org/es/pubs/pdf/sofa09.pdf> > Acesso em 07 de Novembro de 2009.

FAO, Organización de las Naciones unidas para la agricultura y la Alimentación. Departamento de Pesca y Acuicultura de la. El estado mundial de la agricultura y de la alimentación. **Relatório**. Roma, 2010. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/013/i1820s/i1820s00.htm>> Acesso em Janeiro de 2011.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Terra e paz 1992.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1969.

GONÇALVES, A. A. Aproveitamento Integral da Tilápia no Processamento. In. Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática. (Org.). Aquaciência 2004: **Tópicos especiais e Biologia Aquática e Aquicultura**. Jaboticabal – SP: Sociedade Brasileira de Aquicultura e Biologia Aquática, 2006.

ISNARD, H. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Almedina, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão Política-Administrativa do Brasil...** Disponível em: <<http://www.gismaps.com.br/divpol/divpol.htm>>. Acesso em: 19 set. 2010.

LOUREIRO, V. R. **Os parceiros do Mar: Natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. Belém: Conselho nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico, CNPQ – Museu Paraense Emílio Goeldi 1985.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **Introdução à contribuição para a crítica da economia política 2007 [1859]**. Biblioteca digital: arquivo Marxista na internet. Disponível em: < <http://www.marxists.org/>> Acesso em 16 de Fevereiro de 2011.

MARTINS, C. A. A.; **Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado**. 2006. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.



MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização.** 2006. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo-SP 2006.

MORAES, A. C. R. de. “Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio.” In: YANES, L.; LIBERALI, A. M. (orgs.). **Aportes para el estudio del espacio socio-económico.** Buenos Aires: El Coloquio, 1989.

\_\_\_\_\_. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro.** São Paulo: Annablume, 2007.

PACHECO, J. N. S. **Minha Ilhéus: Fotografias do Século XX e um Pouco de Nossa História.** 2ª. ed. Ilhéus: Via Litterarum, 2010.

PAULY, D. REG, W. Contando os últimos peixes. **Scientific American Brasil.** São Paulo, (15) /2003. Ediouro, Segmento-Dueto editorial, mensal. Disponível em <[http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/contando\\_os\\_ultimos\\_peixes](http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/contando_os_ultimos_peixes)> Acesso em 25 de Fevereiro de 2010.

PINTO, Roque. “Navegando à deriva”: notas etnográficas sobre o Turismo em Ilhéus, Bahia. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** Vol. 2, n. 4, p.28-53, dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/viewFile/117/144>>. Acesso em: 20 de Mai. 2010.

QUEIROZ, G. A. **Diagnóstico socioeconômico dos pescadores artesanais em Ilhéus-Bahia.** 2009. Monografia em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC Ilhéus-BA 2009.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!** São Paulo: Polis: Campinas, 2006.

ROSSO, K. G. **Exclusão e acesso à água: observações a partir da maricultura.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis: ANPPAS, 2010. Disponível em: < [www.anppas.org.br/encontro5/cd/.../GT9-633-748-20100829190512.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/.../GT9-633-748-20100829190512.pdf) >. Acesso em 24 de Maio de 2011.

SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas.** São Paulo: HUCITEC, 1979.

\_\_\_\_\_. **O espaço geográfico como categoria filosófica.** In. Terra Livre nº 5. AGB SP PP.09-19, 1988.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo, Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro. Ano XIII, Nº 2, 1999, p.15-26.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal,** Record, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** 5ª. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1985].

\_\_\_\_\_. **Pobreza urbana.** 3ª. ed. São Paulo: Edusp, 2009a [1978].

\_\_\_\_\_. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** 5ª. ed. São Paulo: Edusp, 2009b [1986].

\_\_\_\_\_. **Por uma economia política da cidade.** 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2009c [1994].

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no século XXI.** 10ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008 [2001].

SEI - Superintendência De Estudos Econômicos E Sociais Da Bahia. Mapas digitalizados do Estado da Bahia: base de dados. Salvador: SEI, 2008. CD-ROM.

SILVEIRA, M. L. A O território usado a palavra: pensado princípios de solidariedade socioespacial. In: **Saúde, desenvolvimento e território.** Ana Luiza d Ávila Viana, Paulo Eduardo M. Elias & Nelson Ibañez (orgs.) – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

SINGER, P. **Globalização e desemprego.** Diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

SORRE, M. L' **Homme sur la terre.** Paris: Corriger, 1961.

SOUSA SANTOS, B. de. “Os Processos da globalização”, in Santos, Boaventura de Sousa (org.), **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Edições Afrontamento, (2002).